

Veículo: Jornal A Tarde	Caderno: Capa
Data: 22/06/2021	Página: A1

A TARDE

INVESTIGAÇÃO

Operação Panaceia desarticula sonegação de R\$ 39 mi

O Ministério Público Estadual deflagrou a Operação Panaceia, que cumpriu 12 mandados de busca e apreensão em Salvador e em Feira de Santana contra integrantes de um grupo empresarial do ramo de medicamentos suspeito de sonegar R\$ 39 milhões. **A5**

A TARDE

PANACEIA Ação realizou doze mandados de busca e apreensão em Salvador e em Feira de Santana

Operação bloqueia R\$ 14 milhões de investigados por sonegação fiscal

REDAÇÃO

O Ministério Público Estadual deflagrou, ontem, a Operação Panaceia, que realizou doze mandados de busca e apreensão em Salvador e em Feira de Santana contra integrantes de um grupo empresarial do ramo de distribuição de medicamentos suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos. A ação foi realizada em parceria com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a Polícia Civil e a Receita Federal.

A equipe envolvida na operação revelou que a empresa Millennium Farma Distribuidora de Medicamentos é a principal investigada juntamente a outras 10 empresas.

Computadores, telefones celulares e documentos foram apreendidos, na sede da empresa de distribuição de medicamentos, no bairro de Pirajá.

"Estamos cumprindo mandados na empresa que faz a contabilidade e na casa dos proprietários", explicou a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira.

Intervenções

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), além dos mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. As apurações revelaram que o grupo criava empresas



Natália Veiros / Polícia Civil da Bahia



Computadores, telefones celulares e documentos foram apreendidos na sede da empresa no bairro de Pirajá

Grupo empresarial é suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos

em nome de "laranjas" ou "testas-de-ferro" e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos.

Também foram identificados prejuízos ao fisco federal. "Os fatos ainda estão sendo apurados. Estamos na fase inquisitorial, na fase de busca de provas e inquérito

policial vai ser finalizado com essas novas provas que irão robustecer ainda mais o que até então foi investigado", afirmou o promotor Cláudio Jenner Moura Bezerra, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf).

Durante a operação, uma

mulher, que não teve a identidade revelada, foi presa por policiais civis em um apartamento no bairro do Itaigara. Ela foi autuada em flagrante por porte ilegal de arma de fogo.

Prisão

Em nota, a polícia informou que a mulher assumiu ser

proprietária do revólver calibre 38, e acabou sendo presa no lugar do empresário alvo do mandado de busca e apreensão. Segundo ela, a arma pertencia a sua família e não tinha documentação.

No apartamento e em outros locais alvos da operação foram apreendidos documentos, pendrives, celulares e computadores.

"Todo material apreendido será periciado pelo Departamento de Polícia Técnica, para conclusão do inquérito e remeter para a Justiça", esclareceu a titular da Dececap, delegada Márcia Pereira.

A Operação Panaceia investiga uma empresa de distribuição de medicamentos, suspeita de sonegar R\$ 39 milhões em impostos há mais de 20 anos.

Lavagem de dinheiro

A SSP informou que as investigações apontam também fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de em-

preendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

O inquérito policial deve ser finalizado em um prazo de 30 dias e será entregue ao Ministério Público, que avaliará a necessidade de entrar com ação penal correspondente aos crimes imputados aos acusados.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pelo Gaesf; Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor), da Polícia Civil da Bahia, da SSP-BA, com a participação da Receita Federal.

Força-Tarefa desarticula esquema de sonegação

Wendel de Novais*

REPORTAGEM
 wendel.novais@redabahia.com.br

A Operação Panaceia, que investiga empresas de distribuição de medicamentos por sonegação de impostos, lavagem de dinheiro e associação criminosa, já bloqueou cerca de R\$ 14 milhões em contas de pessoas e grupos empresariais investigados pelas práticas criminosas, que resultaram num prejuízo da ordem de R\$ 39 milhões aos cofres estaduais. Deflagrada na manhã de ontem, a ação teve como principal alvo a Millennium Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda.

A ação, que é uma iniciativa da força-tarefa de combate à sonegação fiscal, cumpriu 12 mandados de busca e apreensão,

sendo 11 deles em Salvador e um em Feira de Santana. Em um dos mandados cumpridos na capital baiana, a mulher do empresário considerado um dos principais alvos da operação foi presa em flagrante quando estava em posse de um revólver calibre 38, no bairro do Itaigara. Ela foi encaminhada para a sede da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), pagou fiança e foi liberada, mas vai responder por posse ilegal de arma de fogo.

Durante a operação, foram apreendidos computadores, telefones celulares e documentos em casas nos bairros de Horto Florestal e Pituba e em empresas localizadas em Pirajá e no Rio Vermelho. O material e os equipamentos serão periciados e podem garantir novos bloqueios contra os investigados.

Grupo do setor de distribuição de remédios é acusado de sonegar R\$ 39 mi

Força-Tarefa cumpriu, ontem, 12 mandados de busca e apreensão em Salvador e Feira

"Essa investigação vem sendo conduzida desde 2010. Ao todo, já realizamos o bloqueio de bens de cerca de R\$ 14 milhões, com apreensão de vários documentos que podem gerar novos bloqueios, que ainda não podemos estimar o valor por não termos feito a avaliação minuciosa dessas documentações", explicou a delegada Márcia Pereira, titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap). "Realizamos intimações e cumprimos mandados para procurar provas e assim fortalecer o inquérito, não eram mandados de prisões. Uma pessoa foi presa após ser flagrada de posse de arma de fogo, mas não vamos divulgar os nomes por enquanto", acrescentou.

A força-tarefa é composta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf), Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz, Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor), da Polícia Civil, Secretaria de Segurança Pública, com a participação da Receita Federal. O objetivo é combater práticas como sonegação e lavagem de dinheiro.

COMO ATUAVAM

De acordo com o promotor Cláudio Jenner Moura, integrante do Gaesf, o grupo investigado criava empresas

que não tinham existência operacional no nome de "laranjas" para sonegar impostos. As investigações começaram a partir da constatação de que a empresa Millennium Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda, que tinha débitos com o fisco baiano, teve as atividades encerradas e transferidas para uma nova empresa. Foi constatado então que o grupo criava empresas em nome de "laranjas" ou testas-de-ferro e utilizava empresas sem existência operacional.

"O grupo adotava a tática de criação de empresas em nome de pessoas que não tinham suficiência econômica para arcar com as contas e com os impostos devidos, finalizando o funcionamento destas sem quitar os valores exigidos", contou. O promotor disse ainda que foram justamente os valores não pagos pelas empresas que eram sempre do ramo de distribuição de medicamentos que chamou a atenção dos investigadores.

"Foram investigadas várias empresas que sequer existem mais, mas o débito permaneceu. Então, ficamos no rastro social da criação de empresas para verificar esses crimes contra o fisco que geraram um prejuízo gigante para o Estado. Um crime que provoca vários outros na sequência como lavagem de dinheiro e associação criminosa".

*SOB SUPERVISÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

NATÁLIA VERENA/SPP BA



Monitoramento de grupo criminoso começou em 2010

Apesar dos desdobramentos finais da Operação Panaceia com mandados de busca e apreensão estarem acontecendo em 2021, a fase de monitoramento e investigação dos grupos criminosos, bem como as suas ações fraudulentas, começou na

O passo final será a conclusão do inquérito para envio ao Ministério Público Márcia Pereira
 Delegada

década passada, mais precisamente no ano de 2010. "Começamos investigar uma empresa que tinha um quadro de sócios, observando a prática de colocar laranjas para fugir dessas dívidas. Empresas que estão inaptas e

baixadas na Sefaz", disse Sheilla Meirelles, titular da Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (INFIP). Depois do longo tempo de investigação, de acordo com a delegada Márcia Pereira, o inquérito, que antecede a deflagração de uma ação pe-

nal pelo Ministério Público, já tem data para acabar. "Com a operação de hoje (ontem), teremos agora algumas medidas que serão protocoladas ainda, mas o prazo de conclusão do inquérito deve ser de mais 30 dias", conclui a delegada.

Tribuna

Operação combate grupo que sonegou R\$ 39 mi

Empresário do ramo de medicamentos foi preso armado em apartamento de luxo no Itaipara

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

E quipes da Secretaria da Segurança Pública (Policia Civil e Departamento de Policia Técnica), da Secretaria

da Fazenda, do Ministério Público Estadual e da Receita Federal cumpriram doze mandados de busca e apreensão, em Salvador e Feira de Santana, na manhã de ontem (21). Os mandados aconteceram no âmbito da Operação Panaceia, que investiga a prática de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por um grupo empresarial que atua no setor de distribuição de medicamentos na cidade de Salvador e Região Metropolitana. O nome da empresa é Millennium Farma Distribuidora de Medicamentos que atua no mercado há 20 anos. Desde 2010 o Ministério Público investiga a empresa e outras sete ligadas ao mesmo grupo.

Conforme a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira, os mandados foram cumpridos na empresa que faz a contabilidade e na casa dos proprietários. Dos doze mandados, 11 foram cumpridos em Salvador e 1 em Feira de Santana. Na operação, a polícia apreendeu computadores, pen drive, telefones celulares e documentos. As buscas foram feitas em cinco bairros de Salvador: Pirajá, Rio Vermelho, Horto Florestal, Pituba e Itaipara. Nesta última localidade, a polícia apreendeu em um apartamento de luxo um dos principais alvos da investigação que acabou preso em flagrante, por posse ilegal de um revólver calibre 38. "Ele é um dos nossos principais alvos. En-



Fotos: Divulgação Receita Federal

DESVIO

Foram cumpridos 12 mandados em Salvador e Feira de Santana na manhã de ontem

contramos um revólver, sem documentação e foi dada voz de prisão em flagrante pelo crime de posse ilegal de arma de fogo", disse Márcia que não revelou a identidade do detido, mas acrescentou que os equipamentos apreendidos serão encaminhados para polícia técnica para realização de exame.

De acordo com a Receita Federal, os prejuízos causados pelo grupo aos cofres estaduais ultrapassam R\$ 39 milhões. Além dos mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. Segundo as apurações, que tiveram início na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), o grupo criava empresas em nome de "laran-

jas" ou "testas-de-ferro" e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal. De acordo com as investigações, há fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários. Em coletiva, a coordenadora da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Cecor), Milena Calmon, afirmou que a operação contou com a participação de aproxima-

damente 60 policiais civis.

Também na coletiva o promotor de Justiça e integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf), Claudio Jenner, afirmou que os fatos serão apurados para que os envolvidos sejam punidos. "Foi uma investigação muito profícua. Os fatos estão ainda sendo apurados. Nós estamos ainda na fazer inquisitorial, ou seja, na fase de busca de provas e o inquérito policial vai ser finalizado com essas novas provas para que a gente verifique a possibilidade do Ministério Público deflagrar a ação penal correspondente aos crimes que são imputados aos acusados". Segundo a Polícia Civil, o prazo para conclusão do inquérito é de trinta dias.

Veículo: TV Record/Itapoan	
Data: 21/06/2021	Programa: Balanço Geral Tarde
Assunto: Combate à sonegação: grupo é suspeito de desviar R\$ 39 milhões. Mulher é presa por porte ilegal de arma. <u>Operação Panaceia</u> .	

Data: 21/06/2021

Hora: 14:32:06

Emissora: TV Record/Itapoan

Programa: Balanço Geral Tarde

Apresentador (a): José Eduardo

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Combate à sonegação: grupo é suspeito de desviar R\$ 39 milhões. Mulher é presa por porte ilegal de arma. **Operação Panaceia**.

Veículo: TV Band	
Data: 21/06/2021	Programa: Brasil Urgente Bahia
Assunto: <u>Operação Panaceia</u> : quadrilha suspeita de lavagem de dinheiro é desarticulada na Bahia.	

Data: 21/06/2021

Hora: 17:25:36

Emissora: TV Band

Programa: Brasil Urgente Bahia

Apresentador (a): Uziel Bueno

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: **Operação Panaceia**: quadrilha suspeita de lavagem de dinheiro é desarticulada na Bahia.

Operação Panaceia bloqueia R\$14 milhões de investigados por sonegação fiscal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Doze mandos de busca e apreensão foram cumpridos em Salvador e em Feira de Santana na manhã desta segunda, 21

Deflagrada na manhã desta segunda-feira, 21, pelo Ministério Público Estadual em parceria com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a **Polícia** Civil e a Receita Federal, a Operação Panaceia bloqueou R\$ 14 milhões de alvos do suposto esquema criminoso de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

Doze mandos de busca e apreensão foram cumpridos em Salvador e em Feira de Santana de acordo com a **Polícia** Civil. Em entrevista coletiva, a equipe envolvida na operação revelou que a empresa Millenium Farma Distribuidora de **Medicamentos** é a principal investigada juntamente a outras 10 empresas. Computadores, telefones celulares e documentos foram

apreendidos, na sede da empresa de distribuição de medicamentos.

De acordo com a Secretaria de **Segurança** Pública, os prejuízos aos cofres estaduais ultrapassam R\$ 39 milhões e o montante bloqueado será revertido para o ressarcimento dos cofres públicos.

"Os fatos ainda estão sendo apurados. Estamos na fase inquisitorial, na fase de busca de provas e o inquérito policial vai ser finalizado com essas novas provas que iram robustecer ainda mais o que até então foi investigado", afirmou o promotor Cláudio Jenner Moura Bezerra, integrante do Grupo de Corrupção e Lavagem de Dinheiro.

O inquérito policial deve ser finalizado em um prazo de 30 dias e será entregue ao Ministério Público, que avaliará a necessidade de entrar com ação penal correspondente aos crimes imputados aos acusados

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf); Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor), da **Polícia** Civil da Bahia, da Secretaria de **Segurança** Pública (**SSP**), com a participação da Receita Federal.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP, Segurança, Polícia, Polícia Civil

| SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia -
Medicamento

Veículo: Jornal A Tarde	Caderno: Capa
Data: 22/06/2021	Página: A1

A TARDE

INVESTIGAÇÃO

Operação Panaceia desarticula sonegação de R\$ 39 mi

O Ministério Público Estadual deflagrou a Operação Panaceia, que cumpriu 12 mandados de busca e apreensão em Salvador e em Feira de Santana contra integrantes de um grupo empresarial do ramo de medicamentos suspeito de sonegar R\$ 39 milhões. **A5**

A TARDE

PANACEIA Ação realizou doze mandados de busca e apreensão em Salvador e em Feira de Santana

Operação bloqueia R\$ 14 milhões de investigados por sonegação fiscal

REDAÇÃO

O Ministério Público Estadual deflagrou, ontem, a Operação Panaceia, que realizou doze mandados de busca e apreensão em Salvador e em Feira de Santana contra integrantes de um grupo empresarial do ramo de distribuição de medicamentos suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos. A ação foi realizada em parceria com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a Polícia Civil e a Receita Federal.

A equipe envolvida na operação revelou que a empresa Millennium Farma Distribuidora de Medicamentos é a principal investigada juntamente a outras 10 empresas.

Computadores, telefones celulares e documentos foram apreendidos, na sede da empresa de distribuição de medicamentos, no bairro de Pirajá.

"Estamos cumprindo mandados na empresa que faz a contabilidade e na casa dos proprietários", explicou a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Deccap), delegada Márcia Pereira.

Intervenções

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), além dos mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. As apurações revelaram que o grupo criava empresas



Natália Veiros / Polícia Civil da Bahia



Computadores, telefones celulares e documentos foram apreendidos na sede da empresa no bairro de Pirajá

Grupo empresarial é suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos

em nome de "laranjas" ou "testas-de-ferro" e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos.

Também foram identificados prejuízos ao fisco federal. "Os fatos ainda estão sendo apurados. Estamos na fase inquisitorial, na fase de busca de provas e inquérito

policial vai ser finalizado com essas novas provas que irão robustecer ainda mais o que até então foi investigado", afirmou o promotor Cláudio Jenner Moura Bezerra, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf).

Durante a operação, uma

mulher, que não teve a identidade revelada, foi presa por policiais civis em um apartamento no bairro do Itaigara. Ela foi autuada em flagrante por porte ilegal de arma de fogo.

Prisão

Em nota, a polícia informou que a mulher assumiu ser

proprietária do revólver calibre 38, e acabou sendo presa no lugar do empresário alvo do mandado de busca e apreensão. Segundo ela, a arma pertencia a sua família e não tinha documentação.

No apartamento e em outros locais alvos da operação foram apreendidos documentos, pendrives, celulares e computadores.

"Todo material apreendido será periciado pelo Departamento de Polícia Técnica, para conclusão do inquérito e remeter para a Justiça", esclareceu a titular da Deccap, delegada Márcia Pereira.

A Operação Panaceia investiga uma empresa de distribuição de medicamentos, suspeita de sonegar R\$ 39 milhões em impostos há mais de 20 anos.

Lavagem de dinheiro

A SSP informou que as investigações apontam também fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de em-

preendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

O inquérito policial deve ser finalizado em um prazo de 30 dias e será entregue ao Ministério Público, que avaliará a necessidade de entrar com ação penal correspondente aos crimes imputados aos acusados.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pelo Gaesf; Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor), da Polícia Civil da Bahia, da SSP-BA, com a participação da Receita Federal.

salvador

Empresas investigadas por sonegação fiscal já tiveram R\$ 14 milhões bloqueados

Operação Panaceia mira em empresas de distribuição de medicamentos

Wendel de Novais*
wendel.novais@redebahia.com.br

21.06.2021, 13:12:00
Atualizado: 21.06.2021, 13:16:35



(Humberto Filho/MPBA)

Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e assine o Jornal Correio por apenas R\$ 5,94/mês.

A Operação Panaceia, que investiga empresas de distribuição de medicamentos por sonegação de impostos, lavagem de dinheiro e associação criminosa, já bloqueou cerca de R\$ 14 milhões em contas de pessoas e empresas investigadas na prática criminosa que é monitorada desde 2010 e tem como principal alvo a Millenium Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda, que tem mais de 20 anos de atuação em Salvador e Região Metropolitana (RMS).

A ação, que é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, cumpriu, nesta segunda-feira (21), doze mandados de busca e apreensão, sendo onze deles em Salvador e um em Feira de Santana. Em um dos mandados cumpridos na capital baiana, um empresário do ramo de medicamentos, considerado um dos principais alvos da Operação Panaceia, foi preso em flagrante quando estava em posse de um revólver calibre 38, no bairro do Itaigara. O homem foi encaminhado para a sede da Dececap e ficará à disposição da Justiça. Tudo isso foi explicado à imprensa durante coletiva ainda na manhã desta segunda.



Operação já bloqueiou R\$ 14 milhões dos investigados (Foto: Humberto Filho/PMBA)

Outras ordens judiciais foram realizadas em casas nos bairros de Horto Florestal e Pituba e em empresas em Pirajá e no Rio Vermelho, além de endereços. Nas buscas, foram apreendidos computadores, notebooks, telefones celulares e documentos que vão ser avaliados pelos investigadores e podem garantir novos bloqueios contra os investigados. Pelo menos, é o que garante a delegada Márcia Pereira, titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap).

"Essa investigação é conduzida desde 2010, verificando ações de sonegação em âmbito federal e estadual. Ao todo, já realizamos um bloqueio de bens em cerca de R\$ 14 milhões, com apreensão de vários documentos que podem gerar novos bloqueios, que ainda não podemos estimar o valor por não termos feito a avaliação minuciosa dessas documentações", explica.

A operação é composta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf), Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz, Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor), da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria de Segurança Pública (SSP), com a participação da Receita Federal.

Como atuavam

Ainda de acordo com a delegada Márcia Pereira, todas as ações não foram realizadas para cumprir mandados de prisão, mas sim de busca e apreensão de materiais que podem servir como prova do esquema.

"Realizamos intimações e cumprimos mandados para procurar provas para fortalecer o inquérito, não eram mandados de prisões. Uma pessoa foi presa após ser flagrada em posse de arma de fogo, mas não vamos divulgar os nomes por enquanto", diz a delegada, que justificou a escolha de não revelar a identidade dos investigados pela fase da operação, que ainda avalia a possibilidade de envolvimento das pessoas no esquema.

O que não ficou para depois foi a explicação do processo criminoso em que as empresas estavam envolvidas. De acordo com Cláudio Jenner Moura, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf), afirmou que o grupo investigado criava empresas que não tinham existência operacional no nome de "laranjas" para sonegar impostos.

"O grupo adotava a prática empresarial em nome de pessoas que não tinham suficiência de arcar com as contas das empresas para praticar o comércio sem arcar com os impostos devidos, finalizando o funcionamento destas sem quitar os valores exigidos", conta.

O promotor disse ainda que foram justamente os valores não pagos pelas empresas que eram sempre do ramo de distribuição de medicamentos que chamou a atenção dos investigadores e reafirmou o tamanho do dano que ações criminosas como essas fazem nos cofres públicos.

"Foram investigadas várias empresas que sequer existem mais, mas o débito permaneceu. Então, ficamos no rastro social da criação de empresas para verificar esses crimes contra o fisco que geraram um prejuízo gigante para o Estado. Um crime que provoca vários outros como lavagem de dinheiro e associação criminosa", afirma.

Longa data

Apesar dos desdobramentos finais da operação com mandados de busca e apreensão estarem acontecendo em 2021, a fase de monitoramento e investigação do grupo criminoso, bem como as suas ações fraudulentas, começou na década passada, mais precisamente no ano de 2010.

"Começamos investigar uma empresa que tinha um débito que alterou os sócios e colocou outros, observando a prática de colocar laranjas para fugir dos débitos, alegando que estas laranjas não tinham como arcar com os valores. Empresas que estão inaptas e baixadas na Sefaz", fala Sheilla Meirelles, titular da Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (INFIP).

Depois do longo tempo de investigação, de acordo com a delegada Márcia Pereira, o inquérito, que antecede a deflagração de uma ação penal do Ministério Público, já tem data para acabar.

"Com a situação de hoje, teremos algumas medidas que serão protocoladas ainda, mas o prazo de conclusão do inquérito deve ser de mais trinta dias", conclui.

*sob supervisão da chefe de reportagem Perla Ribeiro

*Em tempos de coronavírus e desinformação, o CORREIO continua produzindo diariamente informação responsável e apurada pela nossa redação que escreve, edita e entrega notícias nas quais você pode confiar. Assim como o de tantos outros profissionais ligados a atividades essenciais, **nosso trabalho tem sido maior do que nunca**. Colabore para que nossa equipe de jornalistas seja mantida para entregar a você e todos os baianos conteúdo profissional. [Assine o jornal.](#)*

PÁGINA INICIAL

ESPORTES

HOLOFOTE

CULTURA

SAÚDE

JUS



Pérola do Dia

Charges

Entrevistas

Artigos

Curtas do Poder

Você vai amar
a próxima
novidade da
ITS Brasil!



Descubra
na LIVE

Arraiá Bell
Marques

Segunda, 21 de Junho de 2021 - 12:20

Investigação contra grupo acusado de sonegar R\$ 39 milhões começou pela Millenium Farma



por Ailma Teixeira



Foto: Natália Verena/ PC-BA

A investigação que culminou na Operação Panaceia, deflagrada nesta segunda-feira (21) contra a sonegação de R\$ 39 milhões em impostos, teve início a partir da Millenium Farma Distribuidoras de Medicamentos Ltda. A empresa, que há cerca de 20 anos atua na área, foi um dos alvos dos mandados de busca e apreensão. Ao todo, foram cumpridos 12 atos do tipo, sendo 11 em Salvador e um em Feira de Santana.

O nome da empresa foi confirmado pela inspetora fazendária de Investigação e Pesquisa da Secretaria da Fazenda (Sefaz), Sheila Meireles. Presente em coletiva de imprensa virtual, realizada nesta manhã, ela frisou que o modus operandi dessa e de outras empresas envolvidas era constituir empresas em nome de "laranjas" ou "testas de ferro", deixando débitos em impostos sonegados.

Com as irregularidades encontradas, a Sefaz encaminhou as informações ao Ministério Público da Bahia (MP-BA), que junto à Polícia Civil e com apoio da Receita Federal, deu seguimento às investigações.

O promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP-BA (Gaesf), Claudio Jenner, explicou que o crime de sonegação fiscal levou a outros delitos, como lavagem de dinheiro e associação criminosa. "O grupo adotava a tática de criação de empresas em nome de pessoas que não tinham suficiência econômica para tal (...), causando prejuízo, como a gente falou, ao erário. Além disso, com o dinheiro angariado, havia um incremento econômico para a constituição de outras empresas. Elas eram colocadas em nome de laranjas, abandonadas com débitos, criavam outras empresas com dinheiro sonegado e assim sucessivamente", explicou.

Em meio à investigação, identificaram empresas que, inclusive, já nem existem mais, mas mantêm os débitos. "Fomos no rastro dessas empresas até chegar aos indivíduos que cometeram esses crimes", ressaltou Jenner. Segundo ele, as apurações agora estão na fase inquisitorial, de busca de provas.

Os órgãos não confirmaram as demais empresas envolvidas, mas o Bahia Notícias apurou que outras investigadas são a Pluspharma; a Mecfarma Distribuidora de Medicamentos Ltda; a RBD Rede Baiana de Drugstore Ltda; a DPM Bahia Administração Ltda; e a Andrade Telles Dist. de Medicamentos Ltda ([saiba mais aqui](#)).

A delegada Milena Calmon, também na coletiva, acrescentou que os documentos e objetos apreendidos hoje comprovam efetivamente a prática dos crimes em investigação. Todo material já está em análise e alguns objetos serão encaminhados para perícia técnica. No geral, os agentes apreenderam computadores, pen drives, aparelhos celulares e uma "vasta documentação".

Já a delegada Márcia Pereira, titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), pontuou que, em um dos locais onde foram cumpridos mandados, elas encontraram "o que parecia [ser] um escritório ambulante" e o material colhido foi proveitoso. De acordo com as delegadas, a previsão é de que essa fase do inquérito seja concluída em um mês.

Segunda, 21 de Junho de 2021 - 11:15

Empresa ligada a filho do presidente da Fecomércio está entre alvos da Panaceia



Foto: Leitor BN

Carlos Andrade Filho, filho do presidente da Fecomércio, Carlos Andrade, está entre os alvos da Operação Panaceia, deflagrada na manhã desta segunda-feira (21) para investigar a sonegação de mais de R\$ 39 milhões. Andrade Filho seria o responsável pela empresa Pluspharma, confirmada como alvo da operação pelo Bahia Notícias ainda na manhã desta segunda ([lembre aqui](#)).

Além da Pluspharma, outras cinco empresas foram alvos de mandados de busca e apreensão: Millenium Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda, Mecfarma Distribuidora de Medicamentos Ltda, RBD Rede Baiana de Drugstore Ltda, DPM Bahis Administração Ltda e Andrade Telles Dist. de Medicamentos Ltda.

O presidente da Fecomércio teria sido um alvo colateral da operação, já que o filho dele estaria entre os alvos da investigação.

Esposa de presidente da Fecomércio assume posse de arma e é detida em operação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A esposa do presidente da Fecomércio Carlos Andrade, Najla Andrade, assumiu ser a proprietária do revólver de calibre 38 encontrado na residência do casal na manhã desta segunda-feira (21). O imóvel, situado no bairro do Itaigara, foi um dos alvos de mandados de busca e apreensão no âmbito da Operação Panaceia, deflagrada mais cedo para investigar o crime de sonegação fiscal.

Neste ponto, seria Carlos Andrade um dos alvos diretos da ação, que mira um grupo empresarial do setor de distribuição de medicamentos, acusado de sonegar até R\$ 39 milhões.

Responsáveis pela operação, a **Polícia** Civil e o Ministério Público da Bahia (MP-BA) confirmaram o cumprimento de 12 mandados, sendo 11 em Salvador e um em Feira de Santana, mas não revelaram quais são

as pessoas físicas e jurídicas investigadas. Como a liberação judicial foi para busca e apreensão, Andrade deve ser liberado, mas Najla precisará pagar fiança para ser solta pela posse ilegal da arma, encontrada sem registro.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Polícia, Polícia Civil | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 21/06/2021	Coluna: Economia



MULHER ASSUME PROPRIEDADE DE ARMA E ACABA SENDO PRESA NO LUGAR DE EMPRESÁRIO



21 Junho, 2021

Uma arma de fogo foi apreendida em um apartamento de luxo no bairro do Itaigara, na manhã desta segunda-feira (21), durante a Operação Panaceia, realizada pela Delegacia dos Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap). A mulher assumiu ser dona do revólver calibre 38 e acabou sendo presa no lugar do alvo do mandado de busca e apreensão.

A mulher informou que a arma pertencia a sua família e que não tinha documentação. Ela foi autuada em flagrante por posse ilegal de arma de fogo. No apartamento e em outros locais alvos da operação foram apreendidos documentos, pendrives, celulares e computadores.

“Todo material apreendido será periciado pelo Departamento de Polícia Técnica, para conclusão do inquérito e remeter para a Justiça”, explicou a titular da Dececap, delegada Márcia Pereira. A Operação Panaceia investiga empresa de distribuição de medicamentos, suspeita de sonegar R\$ 39 milhões em impostos há mais de 20 anos.

Foto: divulgação

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 21/06/2021	Coluna: Economia



PRESIDENTE DA FECOMÉRCIO EMITE NOTA SOBRE OPERAÇÃO PANACEIA



21 Junho, 2021

Carlos de Souza Andrade, presidente da Fecomércio-BA, se manifestou no fim da tarde desta segunda-feira (21) sobre ser investigado pela Operação Panaceia deflagrada pela DECECAP na manhã de hoje. Em nota ele afirma que foi “surpreendido”.

“Não obstante, colocou-se inteiramente à disposição para colaborar com as autoridades, esperando que todos os fatos sejam esclarecidos à sociedade e comprovada a sua inocência”, diz parte do texto. Por fim, Andrade agradece as manifestações de “solidariedade” de todas as pessoas e entidades.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf). A operação cumpriu 12 mandados de busca e apreensão em Salvador e Feira de Santana.

Foto: Reprodução/Rede Bahia

Veículo: Bocão News	Caderno: Política
Data: 21/06/2021	



R\$14 milhões são bloqueados na operação Panaceia e inquérito deve ser concluído em 30 dias

21 de Junho de 2021 às 12:10 Por: Divulgação/Polícia Civil Por: Marcos Maia

COMPARTILHE:

Durante a operação Panaceia, **deflagrada na manhã desta segunda-feira (21)**, R\$ 14 milhões foram bloqueados judicialmente, para viabilizar o ressarcimento aos cofres públicos de dinheiro sonogado por um grupo de empresas .

Além disso, a partir da apreensão de documentos, notebooks, pendrives e celulares, o sequestro suplementar de valores deve ser solicitado ainda nesta segunda. Todo o material retido ainda está em fase de análise, e parte será encaminhada à Polícia Técnica.

Onze mandados foram cumpridos na capital baiana e um deles em Feira de Santana, de acordo com a Polícia Civil.

As informações foram divulgadas pelas delegadas Marcia Pereira e Milena Calmon, durante coletiva que também contou com a presença de representantes do Ministério Público da Bahia (MP-BA), Receita Federal e Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz) - todos envolvidos na operação.

Durante a ação, houve uma situação de flagrante por posse de arma no bairro do Itaigara. O investigado foi encaminhado à delegacia, e sua identidade não foi revelada em virtude das apurações transcorrerem em sigilo.

Até então, foi apurado que um grupo de empresários adotava a prática de criar outras empresas, em nome de "testas de ferro", sem a capacidade econômica para gerir esses negócios. Essas organizações, que não operam de fato, eram utilizadas para viabilizar a sonegação de impostos.

Estima-se que o esquema tenha provocado um prejuízo ao erário estadual de aproximadamente R\$ 39 milhões - além de fraudes a Receita Federal

Durante entrevista coletiva, o promotor Cláudio Jenner Moura Bezerra, integrante do Grupo de Corrupção e Lavagem de Dinheiro, explicou que outros crimes decorrem da sonegação, à exemplo da lavagem de dinheiro e associação criminosa. Além disso, ele destacou que a atividade provocava prejuízos à livre concorrência e às demais empresas que regularmente pagam seus impostos.

"Os fatos ainda estão sendo apurados. Estamos na fase inquisitorial, na fase de busca de provas e o inquérito policial vai ser finalizado com essas novas provas que iram robustecer ainda mais o que até então foi investigado", afirmou.

O inquérito policial deve ser finalizado em um prazo de 30 dias, uma vez que novas representações e medidas serão tomadas a partir das ações desta manhã. "Creio que no máximo em mais 30 dias devemos concluir", informou a delegada Márcia Pereira, que conduz as operações.

A partir daí o MP avaliará a necessidade de deflagrar - ou não - uma ação penal correspondente aos crimes imputados aos acusados. Flávio Nadário, representante da Receita Federal, durante a conversa com os jornalistas, explicou que o órgão apoiou as apurações do parquet e da Sefaz em virtude do interesse em confirmar a prática de fraudes na constituição de fraudes no quadro societário das empresas investigadas.

"Existem indícios de que o grupo se utilizava de figuras que conhecemos popularmente como 'laranjas' para blindar o verdadeiro beneficiário. O material apreendido pode esclarecer se os investigados tiveram acréscimo de riqueza não declarados à receita", disse.

Sheilla Cavalcante Meireles, da Sefaz, conta que as investigações tiveram início em 2010, com a observação da empresa Milênio Fármaco - Distribuidora de medicamentos. A partir daí, a pasta contatou o MP-BA. As suspeitas tiveram início quando a organização mudou sua composição de sócios. Vale ressaltar que algumas das empresas não existem mais, embora seus débitos ainda persistam.

Veículo: Metro1	
Data: 21/06/2021	Coluna: Cidade



METRO1

CIDADE

Operação Panaceia: empresário é preso com arma irregular em prédio de luxo

Durante cumprimento de mandado de busca e apreensão, um revólver foi localizado na casa do empresário do ramo de medicamentos



Foto: **Natália Verena / Polícia Civil**

Por: **Metro1** no dia 21 de junho de 2021 às 11:47

Um empresário do ramo de medicamentos, considerado um dos principais alvos da [Operação Panaceia](#), acabou preso em flagrante, por posse ilegal de um revólver. De acordo com a Polícia Civil, a arma foi localizada na manhã desta segunda-feira (21), durante cumprimento de mandado de busca e apreensão.

Policiais civis realizavam as buscas no apartamento de luxo onde mora o empresário, no bairro do Itaigara, em Salvador, quando localizaram a arma calibre 38. Computadores, telefones celulares e documentos também foram apreendidos no local.

"Ele é um dos nossos principais alvos. Encontramos um revólver, sem documentação e foi dada voz de prisão em flagrante pelo crime de posse ilegal de arma de fogo", disse a titular da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), delegada Márcia Pereira. O homem será encaminhado para a sede da Dececap e ficará à disposição da Justiça.

Ordens judiciais são cumpridas também em residências, nos bairros de Horto Florestal e Pituba e em empresas no bairro de Pirajá e Rio Vermelho, além de endereços na cidade de Feira de Santana.

Veículo: G1	
Data: 21/06/2021	Coluna: Bahia



Esposa de empresário é solta após pagar fiança em Salvador; ela foi presa após arma ser achada em apartamento de luxo

Ação deflagrada nesta segunda-feira (21) cumpriu mandados contra grupo empresarial do ramo de distribuição de medicamentos, suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos.

Por G1 BA

21/06/2021 18h44 Atualizado há 14 horas



Esposa de empresário presa após arma ser encontrada em apartamento de luxo é liberada

A esposa de um empresário do ramo de medicamentos, que segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) é considerado um dos principais alvos da **Operação Panaceia**, foi solta após pagar fiança. Ela foi presa por posse ilegal de arma, após ser flagrada com um revólver.

A **mulher, que não teve a identidade revelada, foi presa** na manhã desta segunda-feira (21). Segundo informações da Polícia Civil, testemunhas seguem sendo ouvidas.

A operação cumpriu 12 mandados de busca e apreensão em Salvador e Feira de Santana, a cerca de 100 quilômetros da capital, contra grupo empresarial do ramo de distribuição de medicamentos suspeito de sonegar R\$ 39 milhões em impostos.

De acordo com a SSP-BA, a arma calibre 38 foi localizada quando policiais civis realizavam buscas no apartamento de luxo onde a mulher mora com o empresário, no bairro de Itaipara, em Salvador.

Segundo a delegada Milena Calmon, chefe da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (CECCOR/LD) da Polícia Civil, a esposa do empresário assumiu a propriedade da arma e afirmou que recebeu o revólver de herança do pai.

Como não ela não apresentou a documentação, foi presa em flagrante. Computadores, telefones celulares e documentos também foram apreendidos no local.

Ordens judiciais estão sendo cumpridas também em residências, nos bairros de Horto Florestal e Pituba e em empresas no bairro de Pirajá e Rio Vermelho, além de endereços, na cidade de Feira de Santana.



Revólver calibre 38 foi encontrado em apartamento de empresário — Foto: Divulgação/SSP-BA

Operação Panaceia



Polícia Civil cumpre mandados de busca e apreensão de combate à sonegação nesta segunda

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), além dos 12 mandados, a Justiça determinou o bloqueio dos bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados.

Segundo as apurações, o grupo criava empresas em nome de “laranjas” ou “testas-de-ferro” e utilizava empresas sem existência operacional, com o intuito de sonegar impostos. Também foram identificados prejuízos ao Fisco Federal.



Ação cumpre mandados de busca e apreensão em Salvador e Feira de Santana — Foto: Natália Verena/SSP-BA

Ainda de acordo com a SSP, as investigações apontam também fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

Durante a ação, computadores, telefones celulares e documentos foram apreendidos na sede da empresa de distribuição de medicamentos, no bairro de Pirajá.

Além da sede da empresa, a operação cumpre mandados nos bairros do Rio Vermelho, Horto Florestal, Itaipara e Pituba.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pela Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) através da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor) da Polícia Civil, Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf).

Esposa de presidente da Fecomércio assume posse de arma e é detida em operação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A esposa do presidente da Fecomércio Carlos Andrade, Najla Andrade, assumiu ser a proprietária do revólver de calibre 38 encontrado na residência do casal na manhã desta segunda-feira (21). O imóvel, situado no bairro do Itaigara, foi um dos alvos de mandados de busca e apreensão no âmbito da Operação Panaceia, deflagrada mais cedo para investigar o crime de sonegação fiscal.

Neste ponto, seria Carlos Andrade um dos alvos diretos da ação, que mira um grupo empresarial do setor de distribuição de medicamentos, acusado de sonegar até R\$ 39 milhões.

Responsáveis pela operação, a **Polícia** Civil e o Ministério Público da Bahia (MP-BA) confirmaram o cumprimento de 12 mandados, sendo 11 em Salvador e um em Feira de Santana, mas não revelaram quais são

as pessoas físicas e jurídicas investigadas. Como a liberação judicial foi para busca e apreensão, Andrade deve ser liberado, mas Najla precisará pagar fiança para ser solta pela posse ilegal da **arma**, encontrada sem registro. (Bahia Notícias)

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Polícia, Polícia Civil, Arma | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento

[#Bahia: Operação Panaceia é deflagrada contra esquema de fraudes superior a R\\$39 milhões aos cofres estaduais](#)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Natália Fernandes

Práticas de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por grupo empresarial do setor de distribuição de medicamentos, que resultaram em prejuízos de R\$39 milhões aos cofres estaduais, são os alvos da Operação Panaceia, deflagrada na manhã desta segunda-feira (21), em Salvador e região metropolitana, por força-tarefa reunindo o Ministério Público estadual (MPBA), a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), a Polícia Civil e a Receita Federal. A participação da Receita foi definida a partir da constatação de que houve também prejuízos ao **fisco** federal.

Foram cumpridos doze mandados em Salvador e Feira de Santana, com apreensão de computadores, telefones celulares e documentos, além de determinado o bloqueio de bens do grupo, para garantir a recuperação dos valores sonegados. Em entrevista coletiva realizada de forma virtual no fim da manhã, a

inspetora fazendária de Investigação e Pesquisa, Sheilla Meirelles, representante da Sefaz-Ba, explicou que as investigações começaram a partir da constatação de que a empresa Millenium Farma Distribuidora de **Medicamentos** Ltda, que tinha débitos com o **fisco** baiano, teve as atividades encerradas e transferidas para nova empresa.

Foi constatado então que o grupo, com o objetivo de sonegar impostos, criava empresas em nome de laranjas ou testas-de-ferro e utilizava empresas sem existência operacional. De acordo com as investigações, há fortes indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro, com significativo incremento econômico da composição societária das diversas empresas do grupo, por meio da criação de empreendimentos comerciais voltados à participação em outras sociedades e em investimentos patrimoniais imobiliários.

O flagrante aconteceu no bairro de Pirajá, durante a Operação Panaceia | FOTO: Divulgação/**SSP** |

Investigações

O farto material colhido pelas ações de busca e apreensão, explicou a delegada Márcia Pereira, está sendo analisado pela Polícia Civil. As provas reunidas irão subsidiar a continuidade das investigações. 'O passo final será a conclusão do inquérito para envio ao Ministério Público', explicou.

De acordo com o promotor de Justiça Claudio Jenner, do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf), a operação integra as ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne, além do MPBA, da Sefaz e da **Secretaria da Segurança Pública (SSP)**, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), a **Procuradoria Geral do Estado (PGE)** e a **Secretaria da Administração** do Estado (Saeb). O objetivo do comitê, explicou, é combater práticas como sonegação e lavagem de dinheiro, que desviam recursos oriundos dos impostos, essenciais para 'subsidiar a atuação do Estado e as políticas públicas'.

A inclusão da Receita Federal na força-tarefa da Operação Panaceia, explicou ainda o promotor, é importante para o apoio às investigações. De acordo com o **auditor fiscal** da Receita Federal, Flávio Macário, o trabalho de sua equipe se concentrará na apuração sobre o uso de laranjas e na identificação dos beneficiários econômicos do esquema. As informações são de assessoria.

Etiquetas

bahia brasil Jornal da Chapada

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - SAEB, Secretaria da Administração | SSP - Secretaria da Segurança Pública - SSP, Segurança | Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria Geral do Estado | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Medicamento | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - FISCO, Auditores Fiscais

Veículo: Gov Bahia	
Data: 21/06/2021	



Apartamento duplex e terrenos em Vilas do Atlântico estão entre bens leiloados pelo Estado

21 junho 2021



Foto: Morgana Sampaio

Um apartamento duplex no bairro do Costa Azul, em Salvador, com pouco mais de 109 metros quadrados, avaliado em R\$ 294 mil, e dois terrenos em Vilas do Atlântico – um com valor estimado em R\$ 358 mil e outro em R\$ 854 mil – estão entre os bens imóveis que serão leiloados na próximo dia 6 de julho pelo governo estadual. Iniciativa da Secretaria da Administração (Saeb) – por meio do Edital 003/2021 – o certame será promovido a partir das 10h, no segundo andar do edifício da própria Saeb, no Centro Administrativo da Bahia (CAB). Os interessados têm até 5 de julho para visitar os imóveis.

No total, serão leiloados sete bens públicos, avaliados em um montante total de R\$ 3,4 milhões. Além do apartamento e dos terrenos em Vilas do Atlântico, estão sendo ofertados uma área de mais de 5 mil metros quadrados, no município de Jacobina, avaliada em R\$ 1,2 milhão; um terreno de 20 mil metros quadrados, em Feira de Santana, com lance mínimo de R\$ 665 mil, e duas salas comerciais, no Centro de Salvador – uma com 22,99 metros quadrados, avaliada em R\$ 35 mil, e outra de pouco mais de 27 metros quadrados, avaliada em R\$ 40 mil.

Para visitar os imóveis, os interessados devem entrar em contato com a leiloeira oficial Kátia Cerqueira da Silva Casaes pelo celular (75) 9 9930-1979 ou pelo e-mail contato@kcleiloes.com.br, para realizar agendamento. As descrições dos imóveis, fotografias e os lances mínimos dos bens que serão leiloados estão disponíveis [neste site](#). Já o Edital do leilão pode ser acessado no [site oficial de compras do Estado](#), clicando na aba Licitações e no link Editais. Mais informações sobre o Leilão 003/2021 podem ser obtidas também pelo telefone (71) 3115-3360, ou mediante envio de e-mail para os endereços administrativodbi@saeb.ba.gov.br e laura.protasio@saeb.ba.gov.br.

Os imóveis que serão leiloados não estavam sendo utilizados pelo Governo do Estado. Alguns deles são bens apreendidos pela **Secretaria da Fazenda (Sefaz)**, enquanto outros foram ocupados no passado por órgãos públicos. Os recursos apurados com o leilão dos imóveis serão usados para diminuir o déficit previdenciário do Estado. Além disso, a venda dos bens – autorizada pelas leis estaduais 7.624/2000, 8.576/2003, 8.633/2003 – evita gastos com manutenção, segurança e preservação de imóveis fechados.

Fonte: Ascom/Saeb

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 21/06/2021	Coluna: Economia



UPB SOLICITA AO GOVERNADOR O PAGAMENTO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO AOS MUNICÍPIOS



21 Junho, 2021

O presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB) e prefeito de Jequié, Zé Cocá, protocolou um ofício destinado ao governador Rui Costa para solicitar o repasse aos municípios da parcela da compensação dos royalties do petróleo. Alinhado com todos os prefeitos e a diretoria da entidade, o protocolo do documento aconteceu na última quarta-feira (16).

No documento, a UPB “requer o efetivo cumprimento do art. 9º, da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que prevê que os estados transferirão aos municípios 25% do que determina o repasse mensal da parcela da compensação financeira dos Royalties do Petróleo, conforme os critérios de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)”.

“Esse repasse está na lei e a nossa luta é para que, de fato, os municípios recebam o que lhes é devido. O governador já falou algumas vezes sobre o interesse no encaminhamento dessa pauta. Contamos com a razoabilidade do gestor estadual para solucionar essa questão com brevidade”, avaliou Zé Cocá.

Foto: assessoria

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

FOCUS Com base em consulta a instituições financeiras, boletim elevou previsão de crescimento do Produto Interno Bruto deste ano, antes de 4,85%

Mercado eleva projeção de aumento do PIB para 5%

Beto Nociti / Divulgação



Boletim Focus é divulgado semanalmente pelo Banco Central do Brasil

AGÊNCIA BRASIL

Com base em consultas a instituições financeiras, o Banco Central elevou de 4,85% para 5% a projeção de expansão do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, para 2021. As estimativas constam do último boletim Focus, divulgado semanalmente pelo BC, com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2023 e 2024, a projeção do mercado financeiro é de expansão do PIB em 2,5%.

Já para 2022, houve um recuo na expectativa, com um crescimento anual do PIB menor do que o projetado há uma semana. A pro-

jeção caiu de 2,2% para 2,1%.

Inflação

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano subiu de 5,82% para 5,9%. Para 2022, a estimativa de inflação se manteve em 3,78%.

Para o PIB de 2022 houve um recuo na expectativa, de 2,2% para 2,1%, aponta boletim

Tanto para 2023 como para 2024, a previsão para o índice se mantém em 3,25%.

A estimativa para 2021 supera o limite da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. O centro da meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

O centro da meta de inflação para 2022 é 3,5% e para 2023, 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para os dois anos.

Taxa de juros

O principal instrumento usado pelo BC para alcançar

a meta de inflação é a taxa básica de juros (Selic), que é fixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A previsão das instituições financeiras para a Selic em 2021 registrou alta, passando dos 6,25% previstos há uma semana para 6,5%, conforme o boletim Focus desta semana. O mesmo índice é esperado para 2022, 2023 e 2024.

Com relação ao valor do dólar, a expectativa do mercado para o valor da moeda norte-americana está menor do que a registrada na semana passada, passando de R\$ 5,18 para R\$ 5,10.

Para os três anos seguintes, a projeção é estável, em R\$ 5,20 para 2022; em R\$ 5,10 para 2023 e em R\$ 5 para 2024.

TECNOLOGIA

Cursos gratuitos são ofertados

DA REDAÇÃO

Após o lançamento do Programaê, parceria entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a startup Digital Innovation One (DIO), que abriu 10 mil vagas em cursos de tecnologia, quatro novos módulos na área de programação passarão a ser ofertados, a partir de amanhã, voltados para o nível iniciante.

Os novos módulos são Conceitos e Melhores Práticas com banco de dados PostgreSQL, Modelando um

Banco de Dados com SQL Server, e MySQL Trabalhando com Tabelas e MySQL Explorando Relacionamento

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site da Secti até o dia 30 de junho

com Workbench. Além disso, outros cursos em nível avançado, para quem já tem experiência na área e deseja receber capacitação profissional, também estão disponíveis.

As inscrições são gratuitas e estão disponíveis no site da Secti (www.secti.ba.gov.br) até o dia 30 de junho. Ao optar por uma determinada aula, o estudante deverá preencher um questionário com algumas informações pessoais para concluir a inscrição. Todos os cursos contam com certificado de con-

clusão e é possível se inscrever em quantos desejar.

Para a titular da Secti, Adélia Pinheiro, as novas aulas chegaram em um momento oportuno. "Prestes a completar duas semanas, desde o seu lançamento, o Programaê já possui mais de quatro mil inscritos. Além dos cursos ofertados na estreia, como HTML, CSS, JavaScript, bancos de dados, entre outros, foram acrescentadas essas novas formações com o intuito de fortalecer as carreiras de desenvolvedores e programadores na Bahia".

CONSUMO

Índice tem pior junho da série

AGÊNCIA BRASIL

O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF), divulgado ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ficou em 67,5 pontos, revelando alta de 2,1% em junho, considerando o ajuste sazonal.

De acordo com a CNC, apesar do aumento, esse foi o menor nível desde agosto de 2020 (66,2 pontos) e o pior junho da série histórica iniciada em 2010. Em comparação a junho do ano pas-

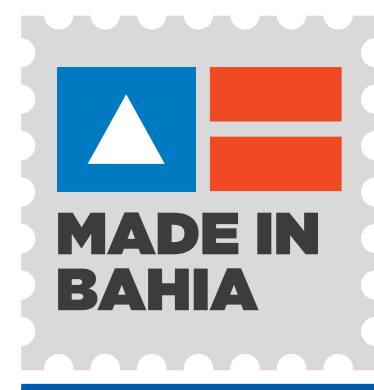
sado, o ICF baixou 2,6%. O indicador de renda atual cresceu 1,5% no mês, mesmo atingindo seu menor nível

Intenção de Consumo das Famílias teve menor nível desde agosto do ano passado

histórico (74,2 pontos). Por outro lado, o indicador de perspectiva de consumo (64,3 pontos), que apresentou o maior avanço em junho (+6,5%), teve redução na percepção de menor expectativa de compra (56,9 pontos). Enquanto isso, o indicador de emprego atual permaneceu como o maior índice do mês (86,4 pontos), seguido por perspectiva profissional, com 76,3 pontos.

De acordo com a pesquisa da CNC, do total de 18 mil famílias consultadas, a

maioria dos entrevistados (43,2%) apontou que a renda de sua família piorou em relação ao ano passado, contra 42,9% no mês anterior e 37,9% em junho de 2020. No entanto, com o ajuste de sazonalidade, o índice apresentou crescimento de 1,5%. A maior parte dos entrevistados (35,5%) respondeu que se sente tão segura com seu emprego quanto no ano passado, maior percentual da série histórica e uma proporção acima do mês anterior (34,3%) e do que em junho passado (31,3%).



Promovendo a mobilidade sustentável



JÚLIO RIBAS

CEO do Salvador Bahia Airport e vice-presidente da Câmara de Turismo da Fecomércio

Quando a Vinci Airports chegou em Salvador pretendia entregar mais do que uma estrutura segura e eficiente para seus passageiros. O desejo era concretizar aqui uma de suas ambições: promover aeroportos mais sustentáveis. Para quem não sabe, a rede é a primeira operadora de aeroportos a ter uma política ambiental global.

Hoje, três anos após o início desse trabalho, muito nos orgulha ter alcançado o título de "Aeroporto Mais Sustentável do Brasil" pelo segundo ano seguido, reconhecimento concedido pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Esse resultado é fruto de um projeto que começou lá atrás, pois antes mesmo do início da concessão já desenhávamos as iniciativas para diminuir o impacto ambiental do aeroporto. Esse desejo vem do fato de termos a sustentabilidade no centro da nossa estratégia de negócios.

Em tão pouco tempo, conseguimos transformar um aeroporto que era alvo de muitas críticas em uma referência positiva na área ambiental. Fomos o primeiro aeroporto do Brasil a não dispensar resíduos sólidos em aterro, a ser zero efluente e a ter uma usina de energia solar.

Investimos R\$ 25 milhões durante as obras de modernização em estruturas como uma moderna Estação de Tratamento de Efluentes e uma Central de Resíduos. Ainda durante a requalificação, privilegiamos equipamentos (como escadas rolantes e aparelhos de ar condicionado) que fossem mais eficientes e consumissem menos energia. Atualmente, temos uma equipe dedicada à preservação da biodiversidade, que captura, trata e devolve à natureza diversos animais que são identificados no sítio aeroportuário. Com isso, conseguimos reduzir em 80% o número de choques de aves com aeronaves.

O reconhecimento nacional que recebemos não nos acomoda, mas sim reitera o nosso compromisso em promover a transformação ambiental. Temos ainda muito trabalho pela frente, tendo em vista que nossa meta é até 2030 diminuir pela metade nossa pegada de carbono e consumo de água, e até 2050 alcançar a neutralidade de carbono. Tenho certeza de que estamos no caminho certo, já que contamos com uma equipe engajada e que está alinhada com os compromissos ambientais da rede Vinci Airports.

Para nós, não basta limitar essa transformação ambiental aos nossos muros. Além de já termos envolvido os nossos subconcessionários nessa jornada, abrimos as portas para quem quiser conhecer de perto a nossa estratégia e projetos. Queremos ampliar esse movimento e mobilizar outros atores a também seguirem rumo a um futuro mais sustentável.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

Câmara aprova MP da Eletrobras

PRIVATIZAÇÃO A Câmara dos Deputados aprovou o parecer da Medida Provisória que permite a privatização da Eletrobras, estatal com foco em geração e transmissão de energia. Apresentado pelo relator, deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), o texto foi aprovado por 258 votos a 136.

Em votação em separado, os deputados rejeitaram, por 394 a dois, as sete emendas propostas pelos senadores e que foram excluídas por Nascimento. Os deputados ainda analisariam 12 destaques, que podem alterar a proposta final. A previsão era concluir a apreciação da proposta ainda na noite de ontem, e enviá-la para sanção presidencial.

Com o aval do Congresso, o governo poderá dar prosseguimento aos preparativos para emissão de novas ações da empresa, prevista para o primeiro trimestre de 2022, por meio da qual a União vai reduzir sua fatia na companhia de cerca de 60% para 45%.

Enviada em 23 de fevereiro, a proposta é uma das prioridades do Executivo e aposta do governo para ampliar os in-

Esta medida não aumenta o preço da energia elétrica. Isso é uma falácia. Pelo contrário, teremos mais investimentos, mais geração de empregos **Ricardo Barros**

Deputado federal pelo PP-PR, líder do governo

Estamos hoje (ontem) apreciando uma medida no momento em que está o Brasil a entrar em racionamento e apagão, vai faltar energia **Bohn Gass**

Deputado federal pelo PT-RS, membro da oposição

vestimentos na empresa, maior companhia de energia elétrica da América Latina. A Câmara já tinha aprovado a MP no dia 20 de maio, e o Senado, no dia 17 de junho. Como os senadores modificaram o texto aprovado pelos deputados, ele precisava voltar para uma nova análise da Câmara.

Repleto de "jabutis" - como são chamadas as emendas estranhas à proposta original - incluídos tanto pelos deputados quanto por senadores, o texto vai aumentar o custo da energia para consumidores em R\$ 84 bilhões nas próximas décadas. Por sua vez, o governo sustenta que a privatização da estatal e as medidas incluídas pelo Congresso podem reduzir a conta de luz em até 7,36%.

A MP da Eletrobras foi a primeira proposta de privatização aprovada pelo Congresso aprovada durante a gestão de Bolsonaro. Até o momento, o governo não conseguiu vender nenhuma estatal de controle direto da União. Pelo contrário, criou uma nova, a NAV, responsável pela navegação aérea.

Embora seja um projeto ca-

ro para o Executivo, poucos deputados que integram a base do governo na Casa se manifestaram a favor do texto na discussão de ontem. Coube ao líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), defender a proposta.

"Esta medida não aumenta o preço da energia elétrica. Isso é uma falácia. Pelo contrário, teremos mais investimentos, mais geração de empregos, mais competência no sistema e, obviamente, teremos mais capacidade de atender, com a capitalização da Eletrobras, inúmeros locais onde hoje é difícil o acesso da energia", afirmou Barros.

Assim como aconteceu na primeira votação, deputados da oposição fizeram duras críticas à proposta. "Estamos hoje (ontem) apreciando uma medida no momento em que está o Brasil a entrar em racionamento e apagão, vai faltar energia, e o governo está entregando a sua empresa de energia elétrica, a Eletrobras. Se todo o Sistema Eletrobras fosse reconstruído no Brasil, chegaria a R\$ 400 bilhões", afirmou o líder do PT, deputado Bohn Gass (RS).

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0217	RS 5,0227
Dólar Turismo	R\$ 5,0200	RS 5,1830
Euro turismo	R\$ 5,9270	RS 6,1970

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	129.264,96	+0,67%

POUPANÇA

22/06/2021	0,1559%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

DÓLAR FINALIZA DIA EM BAIXA

Mercado Com o reforço de dirigentes do Federal Reserve à política monetária atual dos EUA, saldo forte na balança comercial e a expectativa da MP da Eletrobras, o dólar fechou ontem mais próximo da mínima, em queda de 0,91%.



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Reformas para o projeto autoritário

Hoje, o presidente pode nomear seis mil pessoas que não fazem parte do setor público para os cargos em comissão. Com a reforma administrativa, poderá nomear 90 mil. Pessoas estranhas ao serviço público poderão exercer funções estratégicas. O governo poderá pagar o salário de funcionários de empresa privada. Tudo isso para economizar recursos? Não. No próprio texto da exposição de motivos está dito que não haverá impacto fiscal, orçamentário ou financeiro. A reforma administrativa é mais uma das propostas do governo Bolsonaro que serve a seu projeto de poder que, todos sabemos, é autoritário.

O mercado financeiro espera "as reformas" como um fetiche, afirmando que com elas o país retomará o crescimento e vai estabilizar a dívida pública. Baleia. A MP da venda da Eletrobras virou um monstro, que custará caro ao consumidor por vários anos, mas tanto para o ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto para o mercado financeiro, isso não importa. O ministro quer reduzir um pouco o fiasco que é o seu programa de privatização, e o mercado quer ganhar dinheiro com a operação.

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, explica a mágica da multiplicação dos cargos que poderão ser ocupados por decisão única do governante de ocasião:

— A PEC permite um aparelhamento sem precedentes do Estado. Através do que eles chamam de "vínculos de liderança". Hoje a Constituição diz que na administração pública há funções de confiança específica de servidores de carreira e cargos em comissão que podem ser ocupados por pessoas sem vínculos com a administração pública dentro de limites fixados pela lei. Hoje, a União tem 90 mil desses cargos, 70 mil são funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores de carreira e os outros 20 mil são cargos em comissão. Desse, seis mil são livre provimento, e 14 mil devem ser ocupados por

servidores. Os vínculos de liderança eliminam qualquer restrição a que todos esses cargos sejam de livre indicação política. Então estamos falando de um exército de 90 mil cabos eleitorais.

Esses números são só da União, mas a mesma regra valerá para o Legislativo, o Ministério Público, o Judiciário. E pode, em cascata, ir para estados e municípios. A reforma é em todos os poderes. Quando o Coaf foi punido, lembra Rudinei, por ter feito o seu trabalho de revelar as "rachadinhas", foi preciso a atuação dos funcionários para evitar que os cargos na instituição fossem preenchidos por pessoas que não eram servidores de carreira.

Pedro Pontual, que representa a Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental,

diz que a PEC permite que sejam transferidos recursos públicos para empresas privadas com fins lucrativos:

— Ela cria um instrumento de cooperação que autoriza pagar os recursos humanos das empresas privadas e também o uso de espaços físicos, fora da figura do aluguel. A PEC não coloca nenhum tipo de restrição a pagar salário a quem já estava na empresa. Isso pode servir para mascarar o gasto de pessoal.

Rodrigo Spada, presidente da Federação Brasileira de Associações Fiscais de Tributos Especiais, alerta que a reforma não propõe algo realmente novo que poderia produzir um salto de eficiência no Estado:

— Essa PEC nada entrega de governo digital, capacitação, qualificação do servidor público, criação de escolas de governo, desburocratização.

Luciana Dytz, presidente da

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais, diz que há mudanças necessárias, mas não estão sendo propostas:

— A gente vem sofrendo com falta de estrutura, mas isso é questão fora da reforma administrativa.

Há vários outros pontos controversos, explicam servidores, ou pontos que parecem avanços e embutem armadilhas. A exposição de motivos, que acompanha a PEC, diz que o "Estado custa muito e entrega pouco".

— O governo se esmerou em mostrar o custo — do qual divergimos — mas não houve qualquer esforço para mostrar que entrega pouco. Temos noção de que o serviço público pode ser melhorado, mas dizer que "entrega pouco" é suficiente apenas na mesa de bar — diz Pontual.

Este governo atacou órgãos, desmontou a máquina, nomeou inimigos da missão de cada setor. Imagine o que faria sem as amarras da Constituição.

Reforma administrativa permite enorme aparelhamento, nada fala de governo digital, não economiza e aumenta o poder do governante

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

ECONOMIA

BITCOIN DESPENCA 9% APÓS AÇÃO DE CHINESES

CRIPOMOEDA O bitcoin despencou até 9% ontem após o aumento da repressão da China à mineração da criptomoeda. O bitcoin caiu para US\$ 32.288, o menor valor em 12 dias. Se a queda já registrada nesta segunda se mantiver, será a maior em cerca de um mês.

Na sexta-feira, 18, autoridades da província de Sichuan, no sudoeste da China, ordenaram o fechamento de projetos de mineração de criptomoedas. O Conselho de Estado chinês prometeu no mês passado reprimir a mineração e o comércio de bitcoins como parte de uma série de medidas para controlar riscos financeiros.

A produção de bitcoin na China é responsável por mais da metade da produção global da moeda. Sichuan é a segunda maior província de mineração de bitcoins da China, de acordo com dados compilados pela Universidade de Cambridge. O bitcoin perdeu mais de um quinto de seu valor nos últimos seis dias e caiu pela metade em relação ao pico de abril de apenas US\$ 65 mil. Ainda assim, a moeda acumula ganho de mais de 10% este ano.

APÓS QUEDAS, INTENÇÃO DE CONSUMO SOBE

INDICADOR Após duas quedas seguidas, o indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF), apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), subiu 2,1% em junho, variação após considerar o ajuste sazonal, mostrando uma maior disposição para consumir, mesmo que de forma tímida, destacou a CNC.

O indicador ficou, no entanto, em 67,5 pontos, o menor nível desde agosto de 2020, e também o pior resultado para um mês de junho da série histórica, caindo 2,6% contra junho de 2020.

De acordo com a CNC, o incremento no otimismo dos consumidores acompanha a percepção mais positiva sobre indicadores econômicos e medidas do governo para mitigação de impactos da pandemia, como o investimento no auxílio emergencial e outras iniciativas sociais. Mas a consolidação de um indicador positivo ao longo do ano depende da reativação da circulação nas ruas.

"Esse é mais um indicador capturado pela Confederação que mostra como a população não pode e não quer deixar de consumir. Acreditamos que, com o avanço da vacinação no País, a gente possa chegar a um cenário muito mais próspero no fim do ano", explicou o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Bandeira vermelha deve subir 60%

CONTA DE LUZ O valor cobrado da bandeira vermelha 2, o patamar mais alto desse sistema, deve subir mais de 60%, de acordo com fontes que conhecem o assunto. De acordo com o jornal Extra, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai aumentar os valores das bandeiras tarifárias, uma taxa extra que é acionada quando o custo da geração de energia sobe, o que está acontecendo neste ano por causa da crise nos reservatórios das hidrelétricas.

Os custos estão sendo calculados, e os novos valores devem ser anunciados ainda

neste mês, para valer a partir de julho. Hoje, é cobrado R\$ 1,34 a cada cem quilowatts-hora (kWh) consumidos na bandeira amarela; R\$ 4,16 na bandeira vermelha 1; e R\$ 6,24 na vermelha 2. Na bandeira verde não há cobrança adicional.

Pelos cálculos conduzidos pela Aneel, o novo valor da bandeira vermelha 2 deve ser de cerca de R\$ 10. Analistas do setor estimam ser neces-

Essa bandeira tarifária deve vigorar pelo menos até novembro, quando terá início o período úmido

sário algo próximo a R\$ 12 na bandeira vermelha 2 para que ela consiga dar conta de cobrir os custos extras decorrentes da geração de energia por termelétricas. Essa bandeira deve vigorar pelo menos até novembro, quando terá início o período úmido.

A bandeira tarifária é um adicional cobrado nas contas de luz para cobrir o custo da geração de energia por termelétricas, o que ocorre quando o nível dos reservatórios das hidrelétricas está muito baixo, como está ocorrendo neste ano por conta da crise hídrica. Mesmo durante o período úmido,

o governo deve manter as térmicas ligadas, o que não é o padrão.

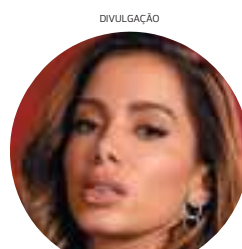
Geralmente, recorre-se às térmicas quando chove menos ou no auge do período seco. O objetivo agora é guardar água nos reservatórios das hidrelétricas e, quando chover, fazer com que as barragens se encham, numa tentativa de evitar racionamento em 2022, ano de eleições.

O governo rechaça a possibilidade de racionamento de energia neste ano. O Brasil tem batido recordes de geração de energia por termelétricas desde maio, com o agravamento da crise.

Anitta ganha cadeira no conselho de administração do Nubank

BANCO A cantora Anitta ganhou uma cadeira no conselho de administração do Nubank, em uma aposta da startup nos conhecimentos da artista em marketing e na construção de marcas no mundo digital. A carioca, que possui milhões de seguidores nas redes sociais, ocupará uma das sete vagas do órgão colegiado.

Segundo o Nubank, Anitta participará de reuniões tri-



Anitta agora é parte do Nubank

mestrais com os demais conselheiros e com a diretoria da fintech, e discutirá decisões estratégicas do negócio. Com o auxílio da cantora, o banco digital espera interagir com o público que não tem acesso aos serviços financeiros tradicionais, mas que tem familiaridade com ferramentas digitais. Com 40 milhões de clientes, o Nubank cresceu exponencialmente desde sua criação,

em 2013, justamente pelo foco nesse filão de mercado.

Anitta afirma ter aceitado o convite do Nubank pelo direcionamento dos produtos da fintech. "É muito chato e constrangedor não conseguir ter acesso a produtos financeiros. Muita gente na América Latina sempre viveu de emprego informal. Como essas pessoas vão ter histórico de crédito?", afirmou a cantora, em nota.

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2021.
A Câmara Municipal de Serrinha, através da Comissão Permanente de Licitação torna público que referente a publicação veiculada no Diário Oficial e Jornal Correio da Bahia, página 12 de 16 de junho, ONDE SE LÊ: "a realizar-se no DIA 19 DE JULHO DE 2021", LEIA-SE: "a realizar-se no DIA 23 DE JULHO DE 2021". KARLA VILANE OLIVEIRA SOUZA, PRESIDENTE DA CPL.

PAES MENDONÇA S/A
CNPJ 15.132.731/0001-68 - NIRE 29.3.0000904
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA.
Ficam convocados os Sr. acionistas da companhia Paes Mendonça S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária, a realizar-se na sede social, em Salvador/BA, na Praça Cente dos Arcos, nº1, Comércio, no dia 30 de junho de 2021, às 14h00min em primeira convocação, e às 14h30min, em segunda convocação, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, em AGO: (a) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2020; (b) a destinação do lucro líquido do exercício, se houver e (c) Eleição do diretorio, em AGE; (a) referendar acordo judicial firmado no processo que tramita na 3ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (b) referendar assinatura de contrato de prestação de serviços jurídicos no estado de SP e (c) referendar o aceite da oferta de indenização no processo em trâmite na 5ª Vara do Fazenda Pública da Comarca de Salvador/BA. A Diretoria informa que está a disposição dos acionistas para análise, na sede social, podendo ser disponibilizados por e-mail mediante solicitação prévia, o relatório da administração do exercício de 2020 e a cópia das demonstrações financeiras, bem como os documentos relevantes às deliberações da AGE. Salvador/BA, 22 de junho de 2021. Diretoria

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021 - PMBA/GRAER - 090.13350.2021.0029489-2
Abertura: 08/07/2021, às 09h30min (Horário de Brasília-DF). **Objeto:** Aquisição de combustível aeronáutico nas cidades de Valença/BA, Una/BA, Porto Seguro/BA, Vitória da Conquista/BA e Petrolina/PE. **Familia:** 91.30. **BB nº:** 866947. **Local de realização:** site: www.licitacoes-e.com.br. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: graerlicitacao@pm.ba.gov.br, telefone (71) 3116-1685/18, ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 12h00min e 14h00min às 17h00min no seguinte endereço: Rua A, Lote 06, do Setor de Hangares do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, sala da CGOFL/GRAER - SSA/BA, Salvador, 21/06/2021. João Batista da Cruz Sousa - 1º Ten PM - Pregoeiro.

SECRETARIA DA SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2021 - ID 879359 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA/HOSPITAL GERAL ROBERTO SANTOS.
Abertura: 13/07/2021, às 09:00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF). **Objeto:** Aquisição de medicamentos e correlatos (Propofol emulsão injetável 10 mg/mL. FA. 100 mL). **Familia:** 65.02. **HGRS - O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.comprasnet.ba.gov.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: hgrs.copel@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3103-8898/8899 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00hs no endereço: COPEL do HGRS na Estrada do Sabeiro, S/Nº, Prédio Anexo, 1º Andar, Sala de Licitação - Bairro Cabula, Salvador - Bahia 21/06/2021 - Natasha Hila Nunes Silva - Pregoeira/HGRS.**

SECRETARIA DA SAÚDE
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 109/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E COMPONENTE DE INFORMÁTICA (SCANNER)**. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, entre os dias 22/06/2021 a 25/06/2021, das 08h30min às 17h30min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - BA, CEP: 41.745-300, Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail: sesab.ccpopropostas@saude.ba.gov.br. O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site <https://www.comprasnet.ba.gov.br> ou por meio de solicitação via e-mail: sesab.ccpopropostas@saude.ba.gov.br. Maiores esclarecimentos e dúvidas telefônicas: (71) 3115-9678/3303. Salvador-Bahia, 21 de junho de 2021. Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.

SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NO ESTADO DA BAHIA - SINPRF-BA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O PRESIDENTE do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado da Bahia - SINPRF-BA, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto da Entidade, Título IV, Cap. VI, Art. 34, c/c os arts. 22 inc. I, e 25, resolve convocar Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no auditório do SINPRF-BA, localizado na Rua Manoel Barreto, nº 798, Graça, nesta capital, no dia 07/07/2021, Quarta-Feira, com 1ª chamada às 09h e 2ª e última chamada às 09h30, com quórum estatutariamente previsto, onde serão discutidos e decididos os seguintes assuntos:
I - Relatório do Conselho de Administração referente ao Exercício 2020;
II - Proposta Orçamentária para o Exercício 2021.
Salvador/BA, 21 de junho de 2021
FÁBIO SERRAVALLE FRANCO
Presidente do SINPRF-BA

SECRETARIA DA SAÚDE
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB / SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE-SAIS
A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, através da Superintendência de Atenção Integral a Saúde- SAIS, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR** (aparelho de raio-x panorâmico digital) destinados a garantir o adequado funcionamento da atenção especializada em saúde bucal. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, entre os dias 22/06/2021 a 25/06/2021, das 08h30min às 17h00min, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, 1º Andar, lado "B", Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, CEP: 41.745-002, Coordenação de Compras/SAIS ou através do e-mail: compras.sais@saude.ba.gov.br. O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site <https://www.comprasnet.ba.gov.br> ou por meio de solicitação via e-mail: Flavia.ribeiro@saude.ba.gov.br. Maiores esclarecimentos através do telefone: (71) 3115-4348. Salvador-Bahia, 21 de junho de 2021. Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.

CONDÔMÍNIO RESERVA DAS MANGUEIRAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL VIRTUAL DE INSTALAÇÃO DO RESERVA DAS MANGUEIRAS
A JOTANUNES CONSTRUTORA, vem por meio deste comunicar aos adquirentes das unidades habitacionais que compõem o **RESERVA DAS MANGUEIRAS**, que realizará a Assembleia Virtual de instalação do condomínio no dia 30 de Junho de 2021 de forma virtual às 19:00h em primeira chamada e às 19h30min, com qualquer número de condôminos a ser realizada através do site da administradora (icone Gestão Condominial www.icone.adm.br) ou pelo aplicativo (CondoPro), com objetivo de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
1. Instalação do Condomínio, conforme lei nº 4.951/64 e o Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/02;
2. Eleição do Síndico, Subsíndico, 03 membros para Conselho Fiscal, 03 suplentes do Conselho Fiscal e 03 membros para Conselho Consultivo;
3. Previsão orçamentária 2021;
4. Previsão de entrega de chaves;
**OBS: Os interessados em concorrer aos cargos de síndico, subsíndico e conselheiros, deverão enviar até dia 28/06/2021, até as 12 hrs, o nome completo, dados pessoais e número da unidade habitacional para o e-mail: relacionamento@jotanutunes.com. Cumpre ressaltar a importância do comparecimento de todos, contribuindo nas deliberações que promovam o bom andamento do condomínio e considerando que as decisões tomadas em assembleia deverão ser cumpridas, mesmo pelos ausentes, ressaltando os assuntos que têm a exigência de quórum especial. Lembramos aos senhores que, em caso de ausência ou impedimento, os proprietários poderão ser representados mediante procuração. Abaixo, segue passo a passo para participação da assembleia, qual seja:
1. Acesso o SITE ou o APP da administradora, utilizando seu login e senha já cadastrados no dia 27/06/2021;
2. Em seguida, dirija-se até a opção "Assembleia Online" presente no portal;
3. Efetue a sua inscrição e confirme a participação na Assembleia Virtual;
4. Por fim, faça uma breve leitura do item de pauta a ser deliberado, escolhendo sua opção de voto;
5. Pronto! Agora basta aguardar até que seja finalizada a referida Assembleia e o resultado possa ser apresentado.
Aracaju/SE, 22 de Junho de 2021.
Atenciosamente,
JOTANUNES CONSTRUTORA**

Tribuna

Entrega

O governador Rui Costa visitou a cidade de Irecê ontem, quando realizou a entrega de diversos investimentos. Entre eles, o novo Complexo Poliesportivo Educacional, que teve investimento de R\$ 2,4 milhões. O equipamento dispõe de campo de futebol society, quadra de vôlei de areia, pista de salto, vestiário, área de urbanização, academia de saúde e piscina. As intervenções incluíram a manutenção civil e elétrica do ginásio esportivo.



Rui Costa

Tribuna

Deputados discutem obrigações de fundo árabe que comprou RLAM



A ASSEMBLEIA Legislativa promove hoje uma audiência pública para discutir os passivos relacionados à venda da Refinaria Landulpho Alves

HENRIQUE BRINCO/REPÓRTER

A Assembleia Legislativa da Bahia promove hoje uma audiência pública para discutir os passivos ambientais relacionados à venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), localizada em São Francisco do Conde, no Recôncavo baiano. Passivos ambientais são os danos causados ao meio ambiente, representados pelas obrigações e responsabilidades sociais das empresas com os aspectos ambientais de suas atividades.

A Petrobras assinou em 8 de fevereiro deste ano, o contrato de compra e venda da refinaria com a MC Brazil-Downstream Participações, empresa do fundo de investimentos árabe Mubadala. No início deste mês, o Conselho

Administrativo de Defesa Econômica (Cade), aprovou, sem restrições, a venda por US\$ 1,65 bilhão, o que representa o primeiro desinvestimento da estatal petrolífera no segmento de refino no país.

Durante a audiência na Assembleia Legislativa serão realizadas plenárias que terão a participação ainda de especialistas, autoridades e representantes da Universidade Federal da Bahia (Ufba), do Ibama, representantes do Consórcio Intermunicipal Madre de Deus, Candeias e São Francisco do Conde e das Câmaras de Vereadores desses municípios e das associações comunitárias de pescadores e marisqueiras.

"Se por um lado há que se preservar o direito ao sigilo de informações ou documentos sensíveis, eventual-

mente relacionados ao segredo da indústria, não se pode admitir o sigilo de informações e documentos de natureza ambiental, cuja gênese e desdobramentos interessam de perto às atuais e futuras gerações", justifica o deputado estadual e líder da Maioria no Parlamento, Rosemberg Pinto (PT).

Criada em setembro de 1950, a refinaria foi a primeira nacional de petróleo. Com 26 unidades de processamento, e 201 tanques de armazenamento, a Rlam refina mais de 30 tipos de produtos, entre eles gasolina, lubrificantes e querosene de aviação, além de produzir combustíveis de alto valor agregado, como o óleo bunker de baixo enxofre para navios, produto bastante requisitado no mercado mundial e de ser a única no país a

produzir um produto usado na fabricação de chocolates.

Já confirmaram presença no encontro, o presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, senador Jaques Wagner (PT), o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Alba, deputado José de Arimateia (Republicanos), a secretária em exercício da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e diretora-geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), Márcia Telles, o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Madre de Deus, André Ferraro, e o coordenador Geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e membro do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro), Deyvid Bacelar.

Tribuna

Governo envia proposta para reestruturar CACS/Fundeb

HENRIQUEBRINCO
REPORTER

O Governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) o Projeto de Lei nº 24.221/2021, que reestrutura o Conselho Estadual de Acompanhamento e de Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACCS-Fundeb). Segundo o Executivo, a iniciativa ocorre em função do novo regulamento do Fundeb, instituído pela Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

O conselho será constituído por 17 membros, sendo: três representantes do Poder Executivo estadual, dos quais pelo menos um deve ser do órgão estadual responsável pela educação bá-

sica; dois representantes dos Poderes Executivos municipais, dois do Conselho Estadual de Educação, um da seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); um da seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); dois representantes dos pais de alunos da educação básica pública; dois representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais um deverá ser indicado pela entidade estadual de estudantes secundaristas; dois representantes de organizações da sociedade civil: um integrante das escolas indígenas; e um das escolas quilombolas.

O texto encaminhado pelo governador Rui Costa (PT) prevê também que os membros terão mandato de quatro anos, com início em 1º

de janeiro do terceiro ano de mandato do chefe do Executivo estadual. Para a direção do conselho, será proibida a reeleição. O presidente e o vice serão eleitos pelos componentes do colegiado.

Entre as competências do conselho do Fundeb, estão acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo; supervisão da realização do censo escolar anual e da elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo estadual; exame dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundeb; elaboração do parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundeb; e fiscalização da aplicação dos recursos federais

transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos.

A proposta prevê que o conselho não terá estrutura administrativa própria, devendo o Estado, por intermédio da Secretaria de Educação (SEC), garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena de suas competências, além de oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e composição do colegiado. Em relação ao funcionamento do conselho do Fundeb, o projeto estabelece a realização de reunião ordinária com periodicidade bimestral e com a presença da maioria de seus membros, ou quando convocada pelo presidente.

O TEXTO
encaminhado
pelo governador
Rui Costa (PT)
prevê também
que os membros
terão mandato de
quatro anos



Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 22/06/2021	Página: 06

Tribuna

Rui anuncia investimentos de R\$ 150 milhões em Irecê

O governador Rui Costa visitou a cidade de Irecê nesta segunda-feira (21), quando realizou a entrega de diversos investimentos. Entre eles, o novo Complexo Poliesportivo Educacional, que teve investimento de R\$ 2,4 milhões.

O equipamento dispõe de campo de futebol society, quadra de vôlei de areia, pista de salto, vestiário, área de urbanização, academia de saúde e piscina. As intervenções incluíram a manutenção civil e elétrica do ginásio esportivo.

"Esse é o resultado de muito trabalho. Além do Complexo poliesportivo, estamos investindo na ampliação e requalificação das escolas estaduais. Vamos soltar também nos próximos dias a licitação do esgotamento sanitário da cidade de Irecê, e um investimento complementar a esse vamos licitar, em parceria com o município, uma obra de macrodrenagem pra resolver definitivamente os grandes alagamentos em períodos de chuvas intensas aqui na cidade", afirmou o governador.

O governador também entregou as obras de ampliação do Centro Territorial de Educação Profissional (Cetep), que passará a contar com dez salas, módulo de três laboratórios e auditório para 150 pessoas. O Governo do Estado investiu mais de R\$ 1,1 milhão nesta obra.

INFRAESTRUTURA

Outro investimento entregue foi a iluminação pública da entrada da cidade, no trecho entre a rodovia BA-052 e o acesso à Policlínica Regional de Saúde.

SEGURANÇA

Rui Costa ainda inaugurou o novo Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (Neam) de Irecê. A partir do atendimento no Neam, as vítimas poderão ser encaminhadas para o Centro de Referência da Mulher, onde terão acesso a atendimento psicológico, advogado, assistente social, entre outros serviços.

O ato contou com as presenças do secretário de Segurança Pública, Ricardo Mandarino, e da delegada-geral da Polícia Civil, Heloísa Brito.

Veículo: Estadão	
Data: 21/06/2021	



Jornal do Carro

IPVA 2021 para carro PCD segue suspenso segundo decisão judicial

Sessão do Julgamento de Agravo de Instrumentos decide manter pagamento de IPVA suspenso para carro PCD. Reembolso, porém, está indefinido

A 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça decidiu, nesta segunda-feira (21), por manter suspenso o pagamento do IPVA 2021 para Pessoas com Deficiência. Desde o início de 2021, o *Jornal do Carro* está [acompanhando](#) a suspensão do pagamento do IPVA 2021 em São Paulo para o carro PCD.

A Sessão do Julgamento do Agravo de Instrumentos analisou a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP). Pelo **placar de 2 a 1**, a liminar de suspensão segue mantida.

De acordo com o portal [Revista Reação](#), os desembargadores Nogueira Diefenthaler e Marcelo Martins Berthe votaram pela inalteração da liminar. Enquanto a Presidente da Sessão, a desembargadora Maria Laura de Assis Moura Tavares, foi contrária à suspensão.

Cabe ressaltar que o que esteve em discussão, portanto, foi o mantimento da suspensão do pagamento do IPVA relativo ao ano de 2021 para PCDs (que já eram isentos do pagamento). A decisão de hoje, contudo, ainda cabe recurso para a Secretaria da Fazenda.



Como o julgamento ainda está em trânsito, não há data para o reembolso dos PCD que já pagaram o IPVA 2021 Nissan/Divulgação

Devolução do imposto

Como o julgamento está em trânsito, ou seja, sem uma decisão final, ainda não há data para a restituição de quem já pagou o imposto de 2021. Antes da liminar do TJ, cerca de 80% do automóveis registrados por PCDs em São Paulo deveriam pagar o tributo.

Se a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) ganhar a ação, o PCD receberá uma informação pessoalmente caso precise quitar o tributo. Isso porque o órgão optou por recadastrar automaticamente os veículos de pessoas beneficiadas com a **isenção do IPVA** antes de 1º de janeiro de 2021.

O processo tem base nas informações do banco de dados da Fazenda e do Detran-SP. Então, os proprietários receberão um alerta para conferir sua situação por meio de e-mail e SMS.

Relembre o processo

No final de janeiro de 2021, o TJ-SP decidiu por impedir a cobrança do imposto para o público PCD que já possuía a isenção de IPVA no exercício de 2020.

A decisão do TJ, portanto, é resultado de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo contra a Fazenda do Estado de São Paulo. Dessa forma, ela pretende barrar a lei estadual 17.293/2020, que diz a respeito do Pacote de Ajustes Fiscais no Estado de São Paulo.

Nesse conjunto, o Governo do Estado optou por alterar a concessão de isenção do imposto. Assim, ficou garantida, desde 1º de janeiro deste ano, a isenção do IPVA 2021 apenas à “pessoa com deficiência física severa ou profunda que permita a condução de veículo automotor especificamente adaptado e customizado para sua situação individual”.



Além da discussão sobre o pagamento do IPVA, Pessoas com Deficiência enfrentam à falta de carros com isenção de IPI e ICMS no mercado Divulgação/Jeep

MP alega uma “distinção ilegal”

O MP enxerga que a nova lei cria uma distinção ilegal entre pessoas com deficiência não condutoras e condutoras com deficiência grave e severa. De tal forma que fere “o princípio da igualdade tributária, trata como fato gerador da tributação ou da isenção não a condição vulnerável do contribuinte deficiente, mas o tipo de adaptação implementada no veículo”.

Além disso, em março, uma [ação semelhante teve êxito em Vinhedo \(SP\)](#). O juiz Juan Paulo Haye Biazevic, da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca da cidade determinou, então, a [restituição do dinheiro](#) do contribuinte PCD que tenha pago o IPVA 2021 após perder o direito à isenção.

De acordo com os autos, o lançamento do imposto para o exercício de 2021 é inconstitucional. Pois viola o princípio constitucional da anterioridade tributária.

“Não há como incidir o IPVA referente ao exercício de 2021. Uma vez que não decorreu o prazo de 90 dias entre a vigência da nova Lei. E a ocorrência do fato imponível”, cita a decisão judicial. Ou seja, a lei de outubro de 2020 não permite cobrança do imposto no começo de 2021.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 21/06/2021	



Novo complexo poliesportivo é entregue junto a anúncio de R\$ 150 milhões em investimentos em Irecê

21 junho 2021



Foto: Alberto Coutinho/GOVBA

O governador Rui Costa visitou a cidade de Irecê nesta segunda-feira (21), quando realizou a entrega de diversos investimentos. Entre eles, o novo Complexo Poliesportivo Educacional, que teve investimento de R\$ 2,4 milhões.

O equipamento dispõe de campo de futebol society, quadra de vôlei de areia, pista de salto, vestiário, área de urbanização, academia de saúde e piscina. As intervenções incluíram a manutenção civil e elétrica do ginásio esportivo.

“Esse é o resultado de muito trabalho. Além do Complexo poliesportivo, estamos investindo na ampliação e requalificação das escolas estaduais. Vamos soltar também nos próximos dias a licitação do esgotamento sanitário da cidade de Irecê, e um investimento complementar a esse vamos licitar, em parceria com o município, uma obra de macrodrenagem pra resolver definitivamente os grandes alagamentos em períodos de chuvas intensas aqui na cidade”, afirmou o governador.

O governador também entregou as obras de ampliação do Centro Territorial de Educação Profissional (Cetep), que passará a contar com dez salas, módulo de três laboratórios e auditório para 150 pessoas. O Governo do Estado investiu mais de R\$ 1,1 milhão nesta obra.

Infraestrutura

Outro investimento entregue foi a iluminação pública da entrada da cidade, no trecho entre a rodovia BA-052 e o acesso à Policlínica Regional de Saúde.

Segurança

Rui Costa ainda inaugurou o novo Núcleo Especial de Atendimento à Mulher (Neam) de Irecê. A partir do atendimento no Neam, as vítimas poderão ser encaminhadas para o Centro de Referência da Mulher, onde terão acesso a atendimento psicológico, advogado, assistente social, entre outros serviços.

O ato contou com as presenças do secretário de Segurança Pública, Ricardo Mandarino, e da delegada-geral da Polícia Civil, Heloísa Brito.

Outras ações

O governador também autorizou a Embasa a publicar edital de licitação para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Irecê (Etapa 01).

Além disso, anunciou a autorização para que a Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra) pavimente o Semi Anel Rodoviário de Irecê.

O governador também participou de entregas da administração municipal. Entre elas, a requalificação do Estádio Marcionílio Rosa e de três praças públicas do município.

Repórter: Jairo Gonçalves

5 Estados descumprem LRF com pessoal

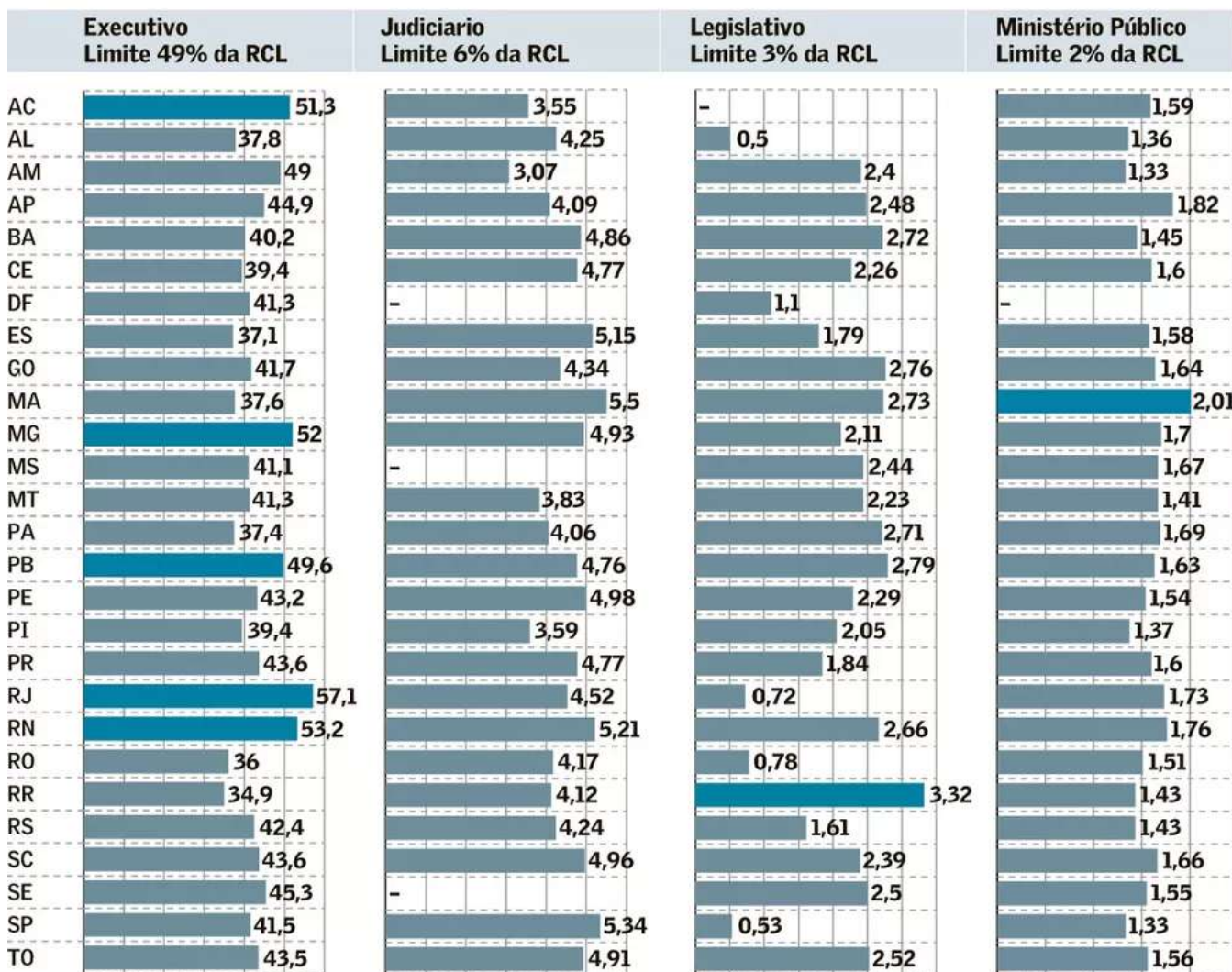
Acre, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte destinaram mais de 49% de sua Receita Corrente Líquida a esse pagamento

Por Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

22/06/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Conta salgada

Executivo de cinco Estados ultrapassam limite de 49% de comprometimento de RCL com pessoal



Mesmo com o aumento da arrecadação na maioria dos Estados, os governos do Acre, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte gastaram mais com pessoal do que o permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no primeiro quadrimestre deste ano, ou seja, estão destinando mais de 49% de sua Receita Corrente Líquida (RCL) ao pagamento de pessoal.

Segundo o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) Estados e Distrito Federal, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional, o Poder Executivo do Rio do Janeiro foi o que mais comprometeu sua RCL com gasto com pessoal, ao atingir 57,1%. É seguido por Rio Grande do Norte (53,2%), Minas Gerais (52%), Acre (51,3%) e Paraíba (49,6%).

Se verificados os limites definidos para comprometimento de gasto com pessoal nos outros Poderes - Judiciário, Legislativo e Ministério Público -, a situação é um pouco diferente. O Estado do Roraima foi o único que ultrapassou o limite de 3% da RCL permitido pela LRF para despesa com pessoal no Legislativo ao atingir 3,32%. Já no Ministério Público, apenas o Maranhão chegou a 2,01% da RCL, superando o teto de 2% da LRF. No Judiciário, nenhuma unidade da federação descumpriu o limite de 6%.

Como esse documento é declaratório, o Tesouro pode identificar, quando cruzar esses dados com os demonstrativos fiscais, um número maior de Estados que não estão cumprindo a LRF. Isso porque algumas unidades federativas não consideraram todas as despesas de pessoal, como exige o Tesouro.

Considerando a dívida consolidada líquida, as unidades da federação apresentaram resultados melhores que em 2020, mas ainda assim dois Estados estouraram o teto, informa ainda o documento. O limite definido por resolução do Senado Federal para os Estados é de duas vezes a RCL. No Rio de Janeiro, a dívida consolidada líquida ficou em 281% da RCL, e, no Rio Grande do Sul, em 206%.

Minas Gerais ficou ainda próximo do patamar máximo no primeiro quadrimestre, com 176%. São Paulo ficou em 149%. A mediana do endividamento do Estados em relação à receita ficou em 37% no primeiro quadrimestre.

No Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) com foco nos Estados e Distrito Federal, também divulgado ontem pelo Tesouro, é possível constatar que a maioria dos Estados aproveitou o aumento da arrecadação no primeiro quadrimestre deste ano para ampliar ainda mais suas despesas. Em 26 unidades da Federação foi registrada alta na arrecadação de janeiro a abril deste ano em relação ao mesmo período de 2020. Apenas no Espírito Santo não houve avanço, sendo que as receitas permaneceram estáveis.

De acordo com relatório, as maiores altas na arrecadação foram registradas em Roraima, Rio Grande do Norte e Piauí. Em Roraima, as receitas cresceram 31% no período, enquanto as despesas avançaram 12%. No Rio Grande do Norte, a alta na arrecadação foi de 27% e os gastos cresceram 21%. Já no Piauí, as receitas subiram 25%, e as despesas, 12%.

Por outro lado, apenas quatro Estados tiveram queda nos gastos em relação a igual período de 2020. O principal deles é o Espírito Santo, onde as despesas caíram 10% (enquanto as receitas ficaram estáveis). Há também São Paulo (-6%), Rio Grande do Sul (-3%) e Alagoas (-1%). No Tocantins e no Paraná, os gastos ficaram estáveis.

Segundo o documento, a mediana do resultado orçamentário, que corresponde à diferença entre as receitas realizadas e as despesas liquidadas, ficou em 20% da RCL dos Estados no primeiro quadrimestre. Em igual período do ano passado, a mediana havia sido de 14% da RCL.

O RREO considera receitas correntes realizadas e despesas correntes. Os dados do RREO e do RGF foram extraídos do sistema Siconfi, do Tesouro Nacional, em 1º de junho. O RGF é publicado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública. Para efeitos de comparação, o Distrito Federal não possui Judiciário e Ministério Público próprios. Os Poderes Legislativo do Acre e Judiciário de Mato Grosso do Sul e Sergipe não entregaram o RGF até a extração dos dados.

[Ver comentários](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Fique livre do sofrimento da próstata inchada, tente isso a noite

P+ACTIVE

LINK PATROCINADO

O preferido dos homens de bom gosto com um preço nunca visto

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Mau hálito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias

HALITO BOM

[Saiba Mais](#)

LINK PATROCINADO

É muito queijo envolvido. Peça Agora o seu

OUTBACK

STF suspende governadores em CPI

Decisão chega em um momento em que a Comissão mudou seu foco de investigação

Por Isadora Peron, Vandson Lima e Murillo Camarotto — De Brasília

22/06/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Em decisão liminar, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem a convocação de governadores para a CPI da Covid. A decisão deve ser julgada pelo plenário virtual da Corte em uma sessão extraordinária marcada para começar na quinta-feira.

No entendimento da magistrada, a comissão poderia apenas convidar os governadores, que compareceriam voluntariamente a uma sessão da CPI “a ser agendada de comum acordo”.

A decisão acolheu ação impetrada por 20 governadores. Para a ministra, ficou demonstrado que a convocação representou uma “lesão aos postulados fundamentais da separação dos Poderes e do princípio federativo”.

O STF ainda deverá decidir sobre um mandado de segurança impetrado pela agência de publicidade Calia, para barrar a quebra de seu sigilo fiscal. A CPI também determinou a retirada do sigilo das agências Artplan e NBS. Todas foram prestadoras de serviço para a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) quando esta era comandada por Fabio Wajngarten, que é investigado pela CPI.

A decisão sobre os governadores chega no momento em que a CPI entra em uma nova fase, calcada em “seguir o dinheiro”. Com quebras de sigilo de pessoas e empresas, a ideia é identificar quem lucrou com a pandemia. Segundo senadores, esse argumento será utilizado, inclusive, para defender a extensão dos trabalhos por mais 90 dias, já que um grande volume de dados ainda está chegando.

A investigação, iniciada em 24 de abril, deveria terminar em 9 de agosto - já considerando o recesso de duas semanas do Legislativo, em julho.

Um dos personagens centrais dessa nova fase da investigação é o empresário Carlos Wizard. Alvo de quebra de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário, ele

avisou ontem à CPI que vai se apresentar para depor ao colegiado na próxima semana, mais especificamente no dia 30.

A CPI suspeita que Wizard tenha ajudado a financiar campanhas em favor do chamado tratamento precoce. O empresário atuou como conselheiro do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello por cerca de um mês e chegou a ser indicado para uma secretaria na pasta, mas na última hora acabou rejeitando o cargo.

Outro empresário na mira da CPI é Francisco Emerson Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos e também alvo de quebra de sigilos. Ele prestará depoimento amanhã e, entre outros questionamentos, terá que esclarecer como a sua empresa intermediou o processo de aquisição da vacina indiana Covaxin.

Hoje, a CPI toma o depoimento do deputado federal e ex-ministro Osmar Terra (MDB-RS), tido até aqui como o “ministro da Saúde paralelo” de Bolsonaro.

Na quinta-feira, será ouvido o assessor Internacional de Bolsonaro, Filipe Martins. A expectativa é de um depoimento tenso, dado o histórico de animosidade dele com os senadores. Em março, durante uma audiência no Senado, ele foi flagrado fazendo gestos considerados ofensivos.

A sessão de sexta-feira será dedicada à oitiva da diretora-executiva da Anistia Internacional, Jurema Werneck, e do epidemiologista Pedro Hallal.

[Ver comentários](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vagas abertas para Graduação EAD

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Isto é chave para a diminuição da próstata, use isso todos os dias.

P+ACTIVE



Indústria e serviços travam disputa para reduzir cobrança de impostos na reforma tributária

Setores criticam alíquota de 12% para a CBS, tributo que vai substituir o PIS e Cofins, e tentam convencer Congresso a mudar o projeto que foi enviado pelo governo no final do ano passado

Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo

22 de junho de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - A fala do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, acenando com a possibilidade de a **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)** – o tributo proposto pelo governo para substituir **PIS** e **Cofins** – ter uma alíquota mais alta para a indústria do que para serviços e comércio jogou lenha na fogueira da disputa para ver quem vai pagar menos imposto na proposta de reforma tributária em negociação no **Congresso**. Os ânimos estão mais acirrados porque o presidente da **Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL)**, sinalizou na semana passada que quer tocar a votação do texto mais rapidamente e em conjunto com o projeto que trata de uma reformulação do **Imposto de Renda** – que deverá ser enviado ao Congresso nos próximos dias. A CBS é um tributo proposto por Guedes nos moldes do **Imposto sobre Valor Agregado (IVA)**. O projeto foi enviado pelo governo no final do ano passado com uma alíquota única de 12%. Tanto indústria como serviços acham que o valor está alto e que pagam mais do que outro, alimentando uma disputa histórica. Ninguém quer ser surpreendido na Câmara. Resultado: a articulação política com os deputados se intensificou nos últimos dias.

Guedes também tem se reunido, nas últimas semanas, com empresários para sentir o termômetro da reforma e ainda para buscar apoio ao programa que cria o **Bônus de Inclusão Produtiva (BIP)** e o **Bônus de Incentivo à Qualificação (BIQ)**, com

pagamento de R\$ 600 por mês a jovens e trabalhadores informais. Metade desse valor seria financiada pelas empresas, enquanto a outra metade o ministro quer pagar em conjunto com o **Sistema S** para treinar 2 milhões de trabalhadores.

O **presidente da Central Brasileira de Serviços (Cebrasse), João Diniz**, disse que a CBS, com a unificação do PIS e Cofins, é um tributo que pega em cheio o setor e a alíquota de 12% significaria um aumento muito grande de carga tributária. “Vai significar quebradeira. O setor de serviços não aguenta mais esse tipo de jogo que vem sendo jogado, com a conta estourando no nosso colo”.

Para o **presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese**, a tramitação da CBS não pode andar sem uma definição sobre a desoneração da folha de pagamentos, ou seja, redução dos encargos que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários – proposta que perdeu força nos debates recentes. Segundo Nese, o setor defende a desoneração da folha de pagamentos com a recriação da **CPMF** e também o programa de treinamento. No encontro com Guedes, o ministro explicou os planos de chamar o Sistema S para colaborar com a proposta. “O sistema S tem de trabalhar para treinar pessoas, e não para fazer prédios”, criticou Nese.

Já o presidente da **Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade**, rebateu o setor de serviços e disse que a indústria é quem mais paga, segundo ele, na contramão do que acontece nos **Estados Unidos, Europa e Ásia**. A CNI não concorda com a alíquota maior para indústria da CBS. “A CNI é a favor de uma reforma ampla, que dê mais segurança jurídica e crie mais equilíbrio na economia”, disse. Segundo ele, a indústria paga 32% dos impostos federais e 41% dos estaduais. “É um absurdo”, afirmou, acrescentando que é mais fácil cobrar os tributos da indústria. E que esse quadro beneficia mais a camada mais rica que consome mais serviços.



Para atacar governadores, postagem exagera valor de impostos estaduais do gás de cozinha

Consumidor paga cerca de 15% do valor em ICMS para os Estados; preço médio do botijão de 13kg era de R\$ 87,19 na semana passada no Brasil

Samuel Lima

22 de junho de 2021 | 10h03

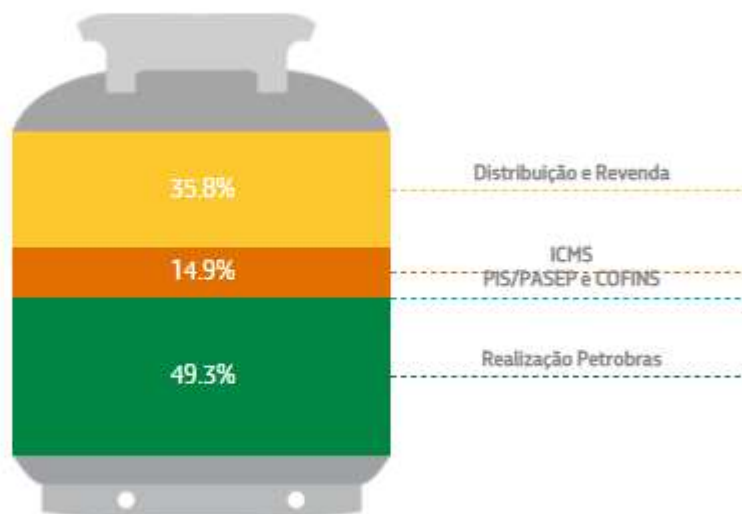
Circula nas redes sociais a ilustração de um enorme botijão de [gás de cozinha](#) sendo [carregado com dificuldade](#) em um carrinho de compras. A legenda sugere que o produto estaria custando **R\$ 110,85** e que quase a metade do preço seria referente aos impostos estaduais: **R\$ 50,00**. “Quem está roubando o povo? Os governadores de cada Estado”, alega a postagem. Os dados estão incorretos.

O impacto dos impostos sobre o valor final está superestimado. Pelos números da postagem, a cobrança de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) — que é a forma de arrecadação dos Estados — seria mais alta até que a participação da Petrobras, o que não é verdade.

Dados da companhia estatal, **publicados em seu site**, desmentem essa tese. No caso do gás de cozinha, 49,3% ficam com a Petrobras, 35,8% compõem os segmentos de distribuição e revenda e 14,9% são oriundos da cobrança de ICMS pelos Estados. A atualização mais recente do site foi feita com base no período de coleta de 30 de maio a 5 de junho deste ano.

Composição de preços ao consumidor

Dados baseados na média dos preços do GLP ao consumidor das principais capitais.



Período de coleta de 30 de maio de 2021 a 5 de junho de 2021.
A parcela das margens de distribuição e revenda é estimada.
Elaboração Petrobras a partir de dados da ANP.

Foto: Reprodução / Petrobras

De acordo com outra tabela da ANP, cuja atualização mais recente é de abril de 2021, o impacto médio do ICMS é de R\$ 12,07 no preço médio do gás no Brasil — o equivalente a 14,2% do valor final ao consumidor, calculado em R\$ 85,01 naquele mês. O restante equivale ao preço de realização da refinaria (R\$ 42,06/ 49,47%) e às margens de distribuição e revenda (R\$ 30,88 / 36,32%).

O painel da ANP mostra ainda que as cobranças de ICMS são diferentes entre os Estados. A maior alíquota praticada é de 18%, em oito localidades (RN, PI, PE, PR, PB, MG, CE e AM). Esse percentual incide sobre uma base de cálculo chamada Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final, uma espécie de estimativa sobre o valor a ser praticado a domicílio, que também varia entre cada ente da federação.

De qualquer forma, segundo a tabela da ANP, nenhum Estado cobra mais do que R\$ 18 de imposto na prática. No caso mais extremo, o Acre cobrava R\$ 17,86 em abril — o que representa 17,38% sobre o preço final médio ao consumidor daquele Estado, no mês de apuração. Em outras praças, como Bahia e Rio de Janeiro, o valor fica abaixo de R\$ 10.

A partir de março de 2020, a ANP unificou o preço do gás liquefeito de petróleo em função do disposto na Resolução CNPE nº 17, de 29/08/2020 de preços diferenciados para o GLP destinado ao uso doméstico e acondicionado em recipientes transportáveis de capacidade de até 13 kg.

		jan/21	fev/21	mar/21	abr/21
Brasil	Preço de Realização do Produtor	35,48	37,26	40,87	42,06
	CIDE	-	-	-	-
	PIS/COFINS	2,18	2,18	-	-
	Preço do Produtor +/- ICMS +/- CIDE/PIS/COFINS	37,67	39,44	40,87	42,06
	ICMS	10,67	11,22	11,65	12,07
	Margem Bruta de Distribuição	9,51	9,35	9,82	9,82
	Preço de Distribuição	58,05	60,02	62,54	63,95
	Margem Bruta de Revenda	18,81	19,58	20,83	21,06
	Preço Final ao Consumidor	76,86	79,60	83,17	85,01

Fonte: Reprodução / ANP

Impostos federais estão zerados

Além de atacar os governadores com dados incorretos, a peça também desinforma sobre uma suposta arrecadação do governo federal sobre o gás de cozinha. A postagem atribui R\$ 0,82 a impostos federais e, entre parênteses, ao presidente “(Jair) Bolsonaro”. Atualmente, porém, nenhum tributo do tipo está sendo cobrado sobre o botijão de 13kg, que é o formato usado nas casas dos brasileiros.

O gás de cozinha está sujeito a três impostos federais: a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o Programa Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Todos aparecem zerados na página de informações públicas de composição de preços da Petrobras.

O gás de cozinha **está isento da Cide** desde que o imposto foi criado, em 2001, segundo o Ministério da Economia. Já o PIS/Cofins foi **extinto por um decreto de Bolsonaro em março deste ano**, por prazo indeterminado, quando o governo estava pressionado por conta de uma sequência de reajustes dos combustíveis. A desoneração foi de exatos R\$ 2,18 no preço final ao consumidor doméstico, porque o imposto era fixo.

Valor médio do gás de cozinha também foi superestimado

O **gás de cozinha de fato teve forte aumento** no último ano. Apesar disso, o preço médio de venda no País atualmente é de R\$ 87,19, não R\$ 110,85. Esse preço se refere à semana mais recente, de 13 a 19 de junho deste ano, para o botijão de 13kg de uso doméstico, segundo **levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**.

PRODUTO	UNIDADE	N° DE POSTOS PESQUISADOS	DADOS BRASIL			
			PREÇO MÉDIO	DESVIO PADRÃO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÁXIMO
GLP	R\$/13kg	3017	87,19	7,79	64,99	120,00
SNV	R\$/m³	275	3,844	0,475	2,749	5,399
GASOLINA COMUM	R\$/l	4123	5,682	0,330	4,590	6,800
GASOLINA ADITIVADA	R\$/l	3052	5,832	0,334	4,899	6,900
ÓLEO DIESEL	R\$/l	1758	4,508	0,267	4,039	6,100
ÓLEO DIESEL S10	R\$/l	3318	4,568	0,242	3,990	6,130
ETANOL HIDRATADO	R\$/l	3715	4,401	0,492	3,697	6,595

Foto: Reprodução ANP

A oferta ao consumidor final variou de R\$ 65 a R\$ 120 nos mais de 3 mil pontos de venda pesquisados pelo órgão do governo federal. Portanto, existem localidades praticando valores até mais altos do que o mencionado pelo conteúdo viral, mas o preço médio hoje é 20% mais baixo do que o número que circula nas redes.

Como mostra uma **reportagem recente da CNN Brasil**, o preço do gás de cozinha é afetado pelas variações do dólar e pelas flutuações do mercado internacional de petróleo. Essas influências são expressas nos reajustes da Petrobras. Além disso, o produto pode ficar mais caro por conta dos custos e das margens envolvidas em todos os segmentos da cadeia (produção, distribuição e revenda), assim como pelas alíquotas de ICMS e por mudanças na referida base de cálculo do imposto em cada Estado. Em dezembro do ano passado, o preço médio do GLP-13 era de R\$ 74,75 para os consumidores brasileiros. A cotação mais recente da ANP mostra, portanto, que o produto ficou cerca de **16% mais caro** desde o começo do ano. Para fins de comparação, a **[inflação geral acumulou alta de 3,22% até o mês de maio](#)**, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em uma taxa já considerada elevada.

Este boato foi checado por aparecer entre os principais conteúdos suspeitos que circulam no Facebook. O Estadão Verifica tem acesso a uma lista de postagens potencialmente falsas e a dados sobre sua viralização em razão de uma parceria com a rede social. Quando nossas verificações constatam que uma informação é enganosa, o Facebook reduz o alcance de sua circulação. Usuários da rede social e

administradores de páginas recebem notificações se tiverem publicado ou compartilhado postagens marcadas como falsas. Um aviso também é enviado a quem quiser postar um conteúdo que tiver sido sinalizado como inverídico anteriormente. Um pré-requisito para participar da parceria com o Facebook é obter certificação da [**International Fact Checking Network \(IFCN\)**](#), o que, no caso do Estadão Verifica, ocorreu em janeiro de 2019. A associação internacional de verificadores de fatos exige das entidades certificadas que assinem um [**código de princípios**](#) e assumam compromissos em cinco áreas: apartidarismo e imparcialidade; transparência das fontes; transparência do financiamento e organização; transparência da metodologia; e política de correções aberta e honesta. O comprometimento com essas práticas promove mais equilíbrio e precisão no trabalho.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data:22/06/2021	Caderno: Economia



SERÁ QUE PAULO GUEDES VAI TRIBUTAR DIVIDENDOS EM 15%

Como funciona e vale a pena investir em ações mesmo com a tributação de dividendos?

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, tem dado detalhes sobre uma possível tributação de dividendos. Contudo, essa decisão não afugenta os investidores da B3 (**B3SA3**). Apesar de que propostas como essa mudam até o último momento, notícias recentes apontaram uma tributação de 15% a 20% nos dividendos, e conseqüentemente a exclusão do JCP (Juros sobre capital próprio).

Tributação de dividendos

Em contrapartida aos dividendos, existiria uma diminuição dos tributos das empresas, que atualmente são de 34% considerando todos os impostos. Esses tributos passariam para 29%. Contudo, a exclusão do JCP ocasiona o fim da compensação fiscal que as companhias realizam.

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineis@grupofolha.com.br

Vitrine

Sectores que ainda estão sujeitos a algum tipo de restrição de funcionamento na pandemia se preparam para retornar as pressões na porta do governador João Dória. A associação de lojas Alshop diz que enviou um novo pedido ao governo para que os shoppings da capital paulista tenham 30 minutos de tolerância no horário de fechamento, ou seja, que possam atender até as 21h30, sem risco de multa. Procurado pelo PAINEL S.A., o governo de SP diz que mantém diálogo com o setor.

DOÇAGEM Os dados que o presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, precisa entregar à CPI da Covid apontam uma alta de 46 milhões para 126 milhões de embalagens vendidas de cinco remédios do kit Covid entre 2019 e 2020. O maior aumento está concentrado na ivermectina, que subiu de cerca de 8 milhões para quase 57 milhões no período. O antibiótico azitromicina saltou de 28 milhões para quase 38 milhões.

BALCÃO Cloroquina e hidroxicloroquina, que também fazem parte do coquetel de medicamentos sem eficácia comprovada contra o coronavírus, subiram de 1,5 milhão em 2019 para 2,3 milhões de embalagens no ano seguinte. Já a nitroxanida foi de 8,5 milhões para 9,2 milhões de embalagens vendidas, conforme os dados da Anvisa solicitados pelo senador Humberto Costa (PT-PE).

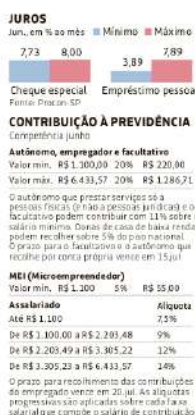
AGENDA Depois da falta do empresário Carlos Wizard na CPI da Covid na quinta (17), seus advogados procuraram a comissão nesta segunda (21) pedindo para remarcar o depoimento. Segundo a secretaria da CPI, agora, a previsão é ouvi-lo no dia 30 de junho, presencialmente. A comissão tinha pedido a condução coercitiva e apreensão do passaporte dele. A CPI, o empresário disse que está nos Estados Unidos desde março.

TERCEIRA VIA Fabio Aguiayo, presidente da Abrabar, uma das associações de bares que passaram o último ano em campanha contra o fechamento de estabelecimentos proibidos de funcionar na pandemia, voltou a tentar impulsionar um outro movimento que vinha ensaiando: a candidatura do ex juiz Sergio Moro para presidente em 2022.

URNA Aguiayo, que tem proximidade com Moro no Paraná, diz ter recebido reforço de empresários em mais estados, interessados em fazer outdoors de apoio ao ex-juiz. A ideia é começar a distribuir mensagens de rede social com fotos dele como terceira via para combater Bolsonaro e Lula. Segundo Aguiayo, o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro não está envolvido no esforço.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES



CARDÁPIO O Magazine Luiza segue na estratégia de aquisições em série. Nesta segunda (21), a empresa anunciou a compra da Plus Delivery, aplicativo de entrega de comida do Espírito Santo. É o terceiro negócio do segmento adquirido pela companhia. O Magalu já tinha levado o AIQFome no ano passado e o ToNoLucro neste ano.

GARUFA Todos os apps são integrados ao AIQFome, que atua em 58 cidades, tem cerca de 2,8 mil restaurantes parceiros e superou 2,7 milhões de pedidos no último mês, segundo a companhia. Também nesta segunda (21), o Magalu anunciou que passará a entregar itens de outras categorias com até 6 quilos comprados pelo aplicativo pelo site da loja em até uma hora em 11 cidades. Parte da entrega será feita pelos motociclistas do delivery de comida.

FRONTEIRA A Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química) e as entidades que representam o setor na Argentina e no Uruguai assinaram um manifesto contra a proposta de redução da TEC (Tarifa Externa Comum) do Mercosul, defendida pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

MAPA Ciro Marino, presidente da Abiquim, defende que o momento não é adequado para a discussão porque pode colocar a indústria química em risco na pandemia, além de outros argumentos como a dificuldade de competitividade em relação a países como Estados Unidos, China e Índia.

ASFALTO A catarinense Librelato, de carroceria para caminhões, fechou acordo para exportar semirreboques e basculantes, usados em transporte de carga, para a África. A expansão dos negócios no continente acontece por meio de uma nova representação comercial em Portugal, segundo a empresa, e o primeiro carregamento com destino ao Quênia deve sair do Brasil em agosto. Uganda já começou a receber as peças.

HORIZONTE Pelos cálculos da Librelato, o volume do negócio para 2021 deve ultrapassar US\$ 2 milhões, com previsão de dobrar no ano que vem.

Com 'jabutis' e risco de judicialização, Congresso aprova MP da Eletrobras

Continuação da pag. A15

André Soares de Freitas Bueno, membro da comissão de energia da OAB-SP, critica o texto e afirma que a MP incluiu vários temas que não têm relação com o aumento de capital da Eletrobras.

"O mais desastroso é uma reserva de mercado para contratação de térmicas a gás em determinadas regiões do país", afirma. "Basicamente, redutos dos deputados e senadores. É uma festa para todo o mundo. O governo está forçando a construção de termelétricas onde não tem gás, não tem gasoduto e nem linha de transmissão. Quem ganhar o leilão vai ter que arcar com esse custo, que será repassado aos consumidores."

Na avaliação dele, o risco de judicialização é grande, pois a medida contraria o princípio de modicidade tarifária. "Tudo o que o governo faz é para garantir a melhor tarifa para o consumidor. Quando você desvirtua, você destrói esse princípio básico e os consumidores pagam mais caro sem nenhuma racionalidade técnica."

Ela afirma também que o governo atropelou atribuições da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia e que elabora as diretrizes para expansão do setor elétrico. "É a EPE que faz essas análises de quanto precisa crescer de energia, olhando a modicidade. É papel da EPE fazer isso, não do Congresso."

O parágrafo que traz a obrigação de contratar as termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas foi criticado por sua extensão — são mais de 650 palavras.

A Constituição estipula que o veto parcial somente pode abranger texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea. Ou seja, se Bolsonaro quisesse vetar o trecho que traz a reserva de mercado, teria que vetar o aumento de capital da empresa, o principal objetivo da medida provisória.

Quando lhe foi perguntado sobre a hipótese de o extenso

parágrafo que trata das concessões de termelétricas ter o objetivo de evitar um veto de Bolsonaro, o relator do texto, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), respondeu: "Mais ou menos. Mais ou menos fica mais assegurada que a vontade do congresso vai prevalecer neste assunto."

Líder do PSB na Câmara, o deputado Danilo Cabral (PE) lembrou que a norma que rege a técnica legislativa exige que as leis tenham frases curtas e concisas, para serem claras, e que, para serem lógicas, devem restringir o conteúdo de cada artigo a um único assunto ou princípio, expressando por meio dos parágrafos, incisos, alíneas e itens as discriminações e enumerações pertinentes.

Na avaliação dele, o parágrafo "é o perfeito exemplo de má técnica legislativa". Mais grave do que isso, a questão de técnica legislativa, nesse caso, está longe de ser um mero erro. Ela se presta a ferir uma regra basilar da Constituição da República, que é a relativa ao veto presidencial.

Em resposta, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o parágrafo extenso está de acordo com o regimento da Casa. "Agora, como ele não fere o preceito regimental que abale a questão de ordem impetrada, não tenho outra alternativa senão negar a questão de ordem."

Partidos da oposição já sinalizaram que devem entrar com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar barrar a privatização. A articulação envolve bancadas da Câmara e do Senado.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, informou ainda que o partido irá apresentar um projeto de decreto legislativo ao Congresso para que haja um referendo sobre a desestatização da Eletrobras.

A proposta aprovada atropela o Ibama e a Funai para dar início à construção de uma linha de energia elétrica de alta tensão na terra indígena waimiri-atroari



O mais desastroso é uma reserva de mercado para contratação de térmicas a gás em determinadas regiões do país. Basicamente, redutos dos deputados e senadores. É uma festa para todo o mundo. O governo está forçando a construção de termelétricas onde não tem gás, não tem gasoduto e nem linha de transmissão. Quem ganhar o leilão vai ter que arcar com esse custo, que será repassado aos consumidores

André Soares de Freitas Bueno
membro da comissão de energia da OAB-SP

(Amazonas e Roraima).

O texto diz que, uma vez que concluído o Plano Básico Ambiental-Componente Indígena (PBA-CI), fica à União autorizada a iniciar as obras do Linhão de Tucuruí. O caminho comum é que a Funai e o Ibama emitam parecer quando esse plano fica pronto.

Numa vitória do governo, a Câmara derrubou um pedido da bancada do Piauí. O Senado havia previsto que o estado receberia uma indenização de aproximadamente R\$ 260 milhões pela privatização da Cepisa (Companhia Energética do Piauí).

Também foi derrubado o jabuti que determinava que, a partir de julho de 2020, todos os consumidores poderiam optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica. Pelo texto, haveria uma redução gradual da demanda mínima para essa escolha livre. Essa medida será discutida em outro projeto na Câmara.

Os deputados aprovaram, por acordo, um destaque que autoriza a participação do Exército Brasileiro nos projetos do programa de revitalização dos recursos hídricos das bacias do rio São Francisco e do rio Paranaíba.

A MP foi enviada por Jair Bolsonaro no fim de fevereiro. Foi uma sinalização ao mercado de que a agenda liberal de Guedes segue de pé.

Embora tenha se manifestado contra a privatização da Eletrobras durante a campanha, Bolsonaro passou a defender a medida.

No quarta-feira passada (16), o presidente disse que haveria um "caos energético" no Brasil sem a aprovação da MP da privatização.

A expectativa é que União arrecade cerca de R\$ 60 bilhões com a operação. Para aprovar a privatização, o governo aceitou ficar com uma fatia menor desse valor e conceder uma parcela maior para políticas no setor de energia.

MP é 'onerosa e aleijada', mas melhor que nada, diz ex-secretário de Guedes

Salim Mattar, que deixou governo em 2020 frustrado com ritmo de privatizações, afirma que proposta para Eletrobras foi descaracterizada

Nicola Pamplona

RIDEANEIRO Ex-secretário de Desestatizações e Privatizações do governo Jair Bolsonaro, o empresário Salim Mattar disse nesta segunda (21) que o texto sobre a privatização da Eletrobras aprovado pelo Congresso é "oneroso e aleijado", mas é melhor que nada.

Mattar deixou o governo em agosto de 2020, insatisfeito com o ritmo das privatizações no governo ao qual aderiu a convite do ministro Paulo Guedes (Economia). Após a aprovação da primeira grande privatização do governo, ele lamentou resultado final. "Infelizmente a Câmara e o Senado descaracterizaram a proposta original enviada pelo governo e a transformaram num projeto oneroso e aleijado", disse, em publicação em uma rede social. "Mas antes disso do que nada", concluiu.

Apesar das críticas sobre os altos custos dos "jabutis" incluídos pelo Congresso no texto original, membros do governo foram às redes sociais comemorar a aprovação. "Governo fazendo história e

voando na economia", afirmou o ministro das Comunicações, Fábio Faria.

Dermotada em sua proposta de liberalização do mercado, que chegou a ser incluído pelo Senado mas foi retirada pela Câmara, a Fiesp reforçou críticas sobre a possibilidade de aumento na conta de luz, estimando um custo adicional de R\$ 300 bilhões nos próximos anos.

A emenda do Senado estabeleceu um cronograma para que todos os brasileiros pudessem, até 2026, escolher seu fornecedor. Era criticada por distribuidoras de energia e por especialistas, por atropelar a reforma do setor em debate no Congresso.

Para a Fiesp, a medida amenizaria os custos adicionais impostos pela MP. "Apenas com liberdade de escolha e competição por preço, os consumidores colherão algum efeito positivo deste processo de capitalização da Eletrobras", disse a entidade.

Assim como os partidos de oposição, a Ael (Associação dos Empregados da Eletrobras) promete ir à Justiça pa-



[AMP] representa um passo fundamental para acelerar a necessária integração entre o setor elétrico e o setor de gás natural

Abegás (associação de distribuidoras de gás canalizado) ao comemorar aprovação da medida provisória

na tentar derrubar a privatização. A associação já foi ao TCU (Tribunal de Contas da União) questionar a constitucionalidade da MP e agora vai apelar ao Supremo.

A privatização já é alvo de duas ações diretas de inconstitucionalidade no STF, ambas movidas por partidos de oposição ao governo Bolsonaro. As duas questionam a votação em regime de urgência.

A inclusão dos "jabutis" levou antigos defensores da privatização a se posicionarem contra o texto aprovado, como a economista Elena Landau, que comandou o programa de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, e o ex-diretor das agências que regulam os setores de energia e águas Jerson Kelman.

Abegás (associação de distribuidoras de gás canalizado), por sua vez, comemorou o resultado e afirmou que a contratação de 8 GW de termelétricas a gás natural, item aprovado na MP, "representa um passo fundamental para acelerar a necessária integração entre o setor elétrico e o setor de gás natural".

Oito projetos prioritários do governo continuam travados

Propostas não avançam, apesar da presença de aliados no Congresso

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASIL O governo conseguiu aprovar a medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras, mas propostas consideradas prioritárias no início do ano ainda não foram destravadas, apesar da ampliação da base governista no Congresso, que está sob comando de aliados do presidente Jair Bolsonaro.

Em fevereiro, foram eleitos, com apoio de Bolsonaro, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Logo depois, o governo enviou a eles uma lista com as pautas consideradas mais importantes.

De 17 projetos econômicos, 8 seguiram travados. Ainda não foram votados pelo plenário de nenhuma das Casas.

Entre eles, estão as medidas estruturantes colocadas como pilares da gestão do ministro Paulo Guedes (Economia). Ainda não há previsão para votação da reforma administrativa (que muda regras no funcionalismo público). A tributária, por sua vez, não avançou e aguarda o envio de propostas pelo governo.

Também está travada a criação da BR do Mar, que busca reduzir a dependência do transporte rodoviário no país e ampliar a navegação entre portos nacionais (cabotagem).

Três propostas ainda dependem do aval de uma das Casas. Seis itens da lista já foram aprovados, como a nova lei

do gás e a que concede autonomia ao Banco Central.

Procurado, o Ministério da Economia não quis comentar o desempenho da agenda econômica no Congresso.

Reservadamente, auxiliares de Guedes afirmam que certas pautas prioritárias enfrentam dificuldades mesmo com a presença de aliados do governo no comando do Congresso. É o caso das novas regras para ferrovias. Interlocutores do ministro dizem que o projeto é alvo de forte lobby, que trava as negociações.

Um membro da pasta incluiu as mudanças de normas ambientais na lista de projetos considerados de difícil aprovação. O texto, que flexibiliza as regras de licenciamento ambiental, foi aprovado pela Câmara em maio, mas enfrenta resistência no Senado.

Líderes governistas afirmam que a pauta de votações no Senado ficou emperrada desde que foi instalada a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid, no fim de abril. Por isso, as votações têm focado MPs, que perdem validade se não forem aprovadas dentro do prazo.

A reforma tributária, que estava em estágio avançado na Câmara, empacou. Por articulação do governo, a proposta encabeçada por líderes partidários ligados ao ex-presidente da Casa Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi praticamente enterrada.

Há quase um ano e meio, o ministro Paulo Guedes (Economia) prometeu enviar a proposta dele ao Congresso

em uma ou duas semanas. Até hoje, porém, só um projeto —de um total de cinco ou seis— foi apresentado.

A proposta que já está na Câmara unifica PIS e Cofins num novo tributo, a CBS. O texto, no entanto, nem sequer tem indicação de quem será o relator. Lira aguarda o envio dos demais projetos da reforma tributária de Guedes para destravar essa agenda.

Aliados de Guedes no Congresso chegaram a sondar o deputado Aguiinho Ribeiro (PP-PB) para relatar a criação da CBS. Ribeiro recusou. Ele foi relator da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do grupo de Maia e que desagradava a equipe econômica.

A expectativa agora é que a segunda fase da proposta de reforma tributária chegue ao Congresso até esta quarta-feira (23). O texto deve tratar das mudanças no Imposto de Renda para pessoa física, jurídica e nos dividendos de empresas.

Nessa área, Guedes já reconhece que não será possível fazer uma reforma ampla. A equipe do ministro deve deixar de lado uma ampla delegação de encargos trabalhistas e outras mudanças mais radicais no sistema tributário para focar medidas de simplificação e ajustes mais tímidos de alíquotas.

A reforma administrativa, o governo enfrentou dificuldade logo na primeira sessão da comissão especial da Câmara. Membros de partidos aliados a Bolsonaro são ligados a corporações de funcionalis-

Projetos prioritários

PROPOSTAS APROVADAS PELO CONGRESSO

- Nova lei do gás
- Projeto que previne o superendividamento
- Autonomia do Banco Central
- Marco legal das startups
- PEC Emergencial
- MP que abre caminho para privatizar a Eletrobras

PROJETOS QUE DEPENDEM DO AVAL DE UMA DAS CASAS

- Marco legal do câmbio
- Licenciamento ambiental
- Modernização do setor elétrico

PROPOSTAS QUE NÃO AVANÇARAM EM 2021

- Criação da BR do Mar (cabotagem)
- Reforma tributária
- Reforma administrativa
- Alteração do regime de partilha para exploração do petróleo
- Novas regras em ferrovias
- Corte de salário acima do teto do funcionalismo
- Debêntures de infraestrutura
- Depósitos voluntários

mo público, como o líder da bancada da segurança pública, deputado Capitão Augusto (PL-SP).

Em 22 de fevereiro, Lira estimou que a reforma administrativa seria votada no plenário da Casa antes do fim do primeiro trimestre. No dia 10 de maio, afirmou que sua intenção era enviar o texto para o Senado até julho.

O relator da PEC, deputado Arthur Maia (DEM-BA), quer concluir o parecer até o fim de agosto. Mas a pressão da base bolsionista ameaça empurrar a reforma administrativa só para 2023.

Em relação à BR do Mar, o projeto foi aprovado pela Câmara no fim do ano passado. O plano é flexibilizar as regras para a navegação entre portos nacionais e aumentar a frota de embarcações no país.

Mas falta passar pelo Senado, onde a proposta deverá ser modificada pelo relator, Nelsinho Trad (PSD-MS). Com isso, o texto ainda deverá voltar para a Câmara depois que o governo conseguir reduzir as resistências a ele no Senado.

Em evento promovido pela Abras (Associação Brasileira de Supermercados), Guedes voltou a defender na quinta (17) a aprovação de marcos regulatórios, como o de ferrovias e de cabotagem, para melhorar a logística e o escoamento da produção brasileira. Ainda não há previsão de votação dessas propostas.

Outro projeto do ministério é a mudança no regime de exploração de petróleo. Desde o fim de 2019, após um mega leilão frustrado, o ministro defende a licitação com acesso aos blocos em que esse regime foi mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção.

Mas a proposta, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), está parada, apesar de o ano passado o Mi-

nistério da Economia ter enviado um ofício ao Senado pedindo celeridade.

Guedes também tem dificuldade para destravar a proposta de cortar salário acima do teto do funcionalismo (R\$ 39,3 mil). O projeto está pronto para votação no plenário da Câmara, mas enfrenta forte lobby de servidores, especialmente do Judiciário.

No Congresso, líderes governistas admitem que a janela para aprovar medidas de grande impacto na economia fica aberta até o início de 2022, ano eleitoral. Por isso, consideram o segundo semestre fundamental para o andamento da agenda governista.

Membros do Ministério da Economia dizem que a aprovação de toda a lista de projetos prioritários "fecharia o governo com chave de ouro", sob a visão liberal de Guedes. No entanto, reconhecem que o prazo é curto e que parte das medidas deve ficar pelo caminho.

O deputado Elias Vaz (PSB-GO) foi protocolada na quinta-feira (17). Ele decidiu redigir o texto após levantamento de dívidas ativas de concessionárias de serviços públicos com a União. Outros dados foram obtidos na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional). A medida poderá ser aplicada a companhias aéreas, de telefonia, energia elétrica, gás e rodovias, entre outras. No projeto, Vaz citou especificamente a situação tributária das quatro maiores operadoras de telefonia e internet do país: Claro, Vivo, TIM e Oi. Juntas, as companhias têm R\$ 2,3 bilhões em débitos inscritos na dívida ativa da União.

Projeto exige que empresa pague dívida com a União antes de aumentar tarifa

Proposta do deputado Elias Vaz (PSB-GO) foi protocolada na quinta-feira (17). Ele decidiu redigir o texto após levantamento de dívidas ativas de concessionárias de serviços públicos com a União. Outros dados foram obtidos na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional). A medida poderá ser aplicada a companhias aéreas, de telefonia, energia elétrica, gás e rodovias, entre outras. No projeto, Vaz citou especificamente a situação tributária das quatro maiores operadoras de telefonia e internet do país: Claro, Vivo, TIM e Oi. Juntas, as companhias têm R\$ 2,3 bilhões em débitos inscritos na dívida ativa da União.

Mito da 'caixa-preta' ajudou a desmontar e pôr em risco o BNDES

OPINIÃO

Arthur Koblitz

Economista e presidente da Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES), foi recebido a pedido para integrar o conselho de administração do BNDES.

O presidente da República finalmente concordou com o que a Associação dos Funcionários do BNDES fala há cinco anos, quando começou as denúncias sobre o tema da "caixa-preta": tratava-se de um mito.

Seria melhor que esse depoimento tivesse ocorrido quando o presidente gozava de ampla popularidade e credibilidade. Até porque as razões que apresentou para aceitar que o BNDES não é uma "caixa-preta"—as informações dos financiamentos estão no site—já estavam atendidas muito antes de ele ser candidato a presidente.

Seria bom que tivesse ocorrido antes de ele ter exotado o então presidente do BNDES, Joaquim Levy, por não abrir a "caixa-preta". Seria bom que tivesse ocorrido quando a base

governista calculava o BNDES na CPI, apesar da falta de evidências encontradas.

Sem o mito da "caixa-preta", o presidente teria havido a mudança da taxa de juros do BNDES no governo Michel Temer, que tirou boa parte da capacidade do banco para influenciar em decisões de investimento e de política industrial, a redução dos repasses para o BNDES determinada pela reforma da Previdência de Paulo Guedes e a declaração da ilegalidade dos empréstimos do governo à instituição pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Ou seja, todas as medidas foram usadas para desmontar e mesmo colocar em risco o BNDES. Podia ser melhor: mas é bom que seja agora, antes de qualquer coisa, entre os que ainda apoiam o presidente, encontrem-se alguns dos críticos menos razoáveis do BNDES e sua influência no Congresso e no Ministério Público e considerável.

Aproveitamos o ensejo para tentar dialogar com o pre-

sidente e os seus seguidores. Dois pontos, portanto, sobre o mito da "caixa-preta".

Primeiro, o presidente parece ainda não estar convencido de que empréstimo e doação são coisas bem diferentes.

As exportações para o exterior foram financiadas por mais de duas décadas, antes de o PT assumir o governo, de forma financeiramente sustentável, estimulando a engenharia brasileira e a relação do Brasil com os países com os quais tentamos profundos históricos e culturais e gerando dólares, dólares para o país.

O BNDES desembolsava em reais para empresas no Brasil e Brasil recebia em dólares os valores devidos. O fundo público que garantia essas operações, o FGE (Fundo de Garantia à Exportação), é saudável e nunca esteve ameaçado.

Graças à atual administração do BNDES, não há mais uma área dedicada ao financiamento de exportações e cresce a presença do crédito público da China, Europa e

EUA no financiamento de exportações brasileiras.

Advinhe, porém, de onde as empresas brasileiras têm que comprar insumos para atender o financiamento público desses países? Sim, as exportações que antes geravam emprego no Brasil geram empregos em países avançados.

Em segundo lugar, ainda que nunca tenham concorrido com a classificação do

BNDES como uma "caixa-preta", houve importantes avanços em termos de transparência nos últimos seis anos, que, acreditamos, não deveriam oferecer retrocessos.

A AFBNDES defende a transparência e o escrutínio público do trabalho do BNDES. Infelizmente, algumas prerrogativas que a AFBNDES tinha para obter informações sobre o banco foram retiradas do acordo coletivo de trabalho, no ano passado, por orientação da atual administração.

A Associação vem tentando obter, recentemente, e sem sucesso, informações para entender a metodologia de risco adotada pela diretoria do banco para avaliar a carteira da BNDESPar, que está sendo liquidada sem que aos empregados do banco seja feita alguma apresentação de justificativas, por mais que elas tenham sido pedidas. Estamos falando da liquidação de uma carteira de mais de R\$ 100 bilhões.

Por outro lado, há evidências claras de que a venda é feita

com prejuízo patrimonial para o BNDES. No jargão do mercado financeiro, estamos deixando dinheiro na mesa nessas vendas. Os beneficiados são grandes investidores nacionais e estrangeiros que compram grandes lotes das ações vendidas.

Um exemplo: BNDES vendeu em agosto e novembro ações da Vale por R\$ 60 e R\$ 60, respectivamente. A ação chegou a R\$ 109 em maio! Qualquer um poderia consultar suas consultorias financeiras e perguntar quais recomendações de venda de ações da Vale no segundo semestre de 2020.

Gostaríamos também de ter acesso à decisão de diretoria que aprovou o acordo da Klabin com a empresa da família que detinha os direitos da marca da empresa. A atual administração se recusa a nos fornecer essas informações.

Se o presidente estiver interessado em mostrar que em sua gestão o BNDES se manteve transparente, agradeceremos antecipadamente a colaboração nesse sentido.

[...]

Sem o mito da 'caixa-preta', dificilmente teria havido a mudança da taxa de juros do BNDES, que tirou boa parte da capacidade do banco para influenciar em decisões de investimento

EDITAL DE CONVOCACÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 A ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO S/A (BNDES) realiza Assembleia Geral Ordinária em 22 de junho de 2021, às 14h00 (online).

STILO LEILÃO PÚBLICO Nº 2021/900114
 DIA: 25/06/2021-ÀS 14:00(ONLINE)

APARTAMENTOS EM: ARARAQUARA(SP), BAURILÍ(SP), BIRIGUI(SP) e FRANCA(SP)
 CASA RESIDENCIAL EM: VOTUPORANGA(SP)

À VISTA OU PARCELADO. CONFIRA!

Informações:(11) 3819-6551-www.stiloleiloes.com.br
 D. Reis-JUCESP nº-648.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREDIÇOS ELETRÔNICOS
 PE 29/02/2021 - PE011640011 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUVA DE PROCEDIMENTO - Abertura do Pregão: 06/07/2021 às 09:00 horas
 PE 29/02/2021 - PE011655011 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DO ALUNO AMARELO (MESA E CADEIRA), POLTRONA GIRATÓRIA E CADEIRA EMPILHÁVEL - Abertura do Pregão: 05/07/2021 às 14:00 horas

Ocupação do imóvel em disponibilização no quadro de alçadas na Av. Kennedy nº 1100 - "Prédio Gilberto Pastre", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site www.compras.sabernardodoCampo.gov.br Telefones: (11) 2630-5409/5498/5500/5481

EDITAL DE INTERCÂMBIO
 EDITAL PARA CONHECIMENTO DE INTERCÂMBIO DE AUTOS DE INTERCÂMBIO DE AUTOS - PROCESSO Nº 197345-81/2021-1021/01.

MISSUI & CO (BRASIL) S.A. - CNPJ nº 01.388.090/01-79 - NIRE 38.300.172.1/06
 Extra do Atto de Acórdão em Interlocução em 06/06/2021, às 14h no sítio Social, 10808 do 8º andar do 1º andar, Rua Paulo de Azevedo, 1000 - Jd. Anchieta, São Bernardo do Campo/SP. OBRIGADO ÀS 14h00 do dia 25/06/2021.

STILO LEILÃO PÚBLICO Nº 2021/900114
 DIA: 25/06/2021-ÀS 14:00(ONLINE)

APARTAMENTOS EM: ARARAQUARA(SP), BAURILÍ(SP), BIRIGUI(SP) e FRANCA(SP)
 CASA RESIDENCIAL EM: VOTUPORANGA(SP)

À VISTA OU PARCELADO. CONFIRA!

Informações:(11) 3819-6551-www.stiloleiloes.com.br
 D. Reis-JUCESP nº-648.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREDIÇOS ELETRÔNICOS
 PE 29/02/2021 - PE011640011 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUVA DE PROCEDIMENTO - Abertura do Pregão: 06/07/2021 às 09:00 horas
 PE 29/02/2021 - PE011655011 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DO ALUNO AMARELO (MESA E CADEIRA), POLTRONA GIRATÓRIA E CADEIRA EMPILHÁVEL - Abertura do Pregão: 05/07/2021 às 14:00 horas

Ocupação do imóvel em disponibilização no quadro de alçadas na Av. Kennedy nº 1100 - "Prédio Gilberto Pastre", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site www.compras.sabernardodoCampo.gov.br Telefones: (11) 2630-5409/5498/5500/5481

semináriosfolha Acesse o site folha.com/seminariosfolha

mercado

Pandemia agrava desigualdade na América Latina, afirma ONU

No Brasil, os 10% mais ricos concentram 57% da renda nacional, diz relatório

Bernardo Caram

BRASÍLIA A América Latina está presa em uma "armadilha do desenvolvimento", com alta desigualdade de renda e baixo crescimento econômico — problema agora agravado pelos efeitos da pandemia. A conclusão é do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que divulga nesta terça-feira (22) o Relatório Regional de Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe.

As soluções, de acordo com o documento, passam por aprimoramentos em políticas sociais, combate à violência e redução da concentração de poder econômico e político.

A chegada da crise sanitária do coronavírus, diz o documento, pesou mais fortemente sobre aqueles que já eram deixados para trás, ampliando as desigualdades ao longo de 2020 e 2021. A perda de renda se deu em maior intensidade sobre os mais pobres, especialmente os informais.

O documento lembra que a América Latina se tornou o epicentro da Covid-19, o que desencadeou crises econômicas e sociais. O aumento da pobreza e da fome se associou a um espaço fiscal limitado, o que dificulta a implementação de medidas pelos governos. Para o Pnud, a reconstrução pode levar muito tempo.

Entre as maiores preocupações, o relatório cita o impacto desigual da crise sanitária sobre estudantes. Há barreiras aos mais pobres, como a dificuldade de acesso a ferramentas tecnológicas em casa e na disparidade na formação dos familiares.

"O nível de escolaridade dos adultos na América Latina ainda é altamente determinada pelo nível de escolaridade dos pais. É provável que a Covid-19 reforce esse padrão", diz o relatório.

Os países da América Latina observaram uma redução generalizada nos índices de desigualdade entre 2000 e 2020. No caso do Brasil, o órgão da ONU (Organização das Nações Unidas) menciona como fator importante a política de reajuste do salário mínimo.

A partir de 2020, o ritmo de melhora foi perdendo força, chegando a uma estagnação nos últimos anos. Alguns países do continente reverteram a trajetória e observaram uma piora do índice antes mesmo da chegada da pandemia.

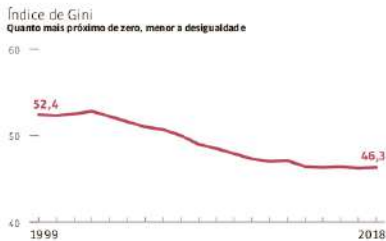
Um dos sintomas apresentados pelo Pnud para a desigualdade no Brasil é a falta de renda acumulada pela elite. Os 10% mais ricos do país detêm 57% da renda nacional, atrás apenas da concentração observada no Chile e no México em uma avaliação feita com dez países do continente.

A desigualdade tem diferentes camadas que são analisadas pelo Pnud. O órgão menciona, por exemplo, a diferença de oportunidades entre homens e mulheres. No Brasil, elas ganham em média 25% a menos do que homens com características e formação equivalentes.

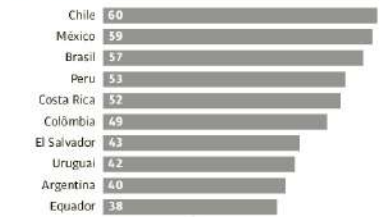
O documento ainda destaca a discriminação enfrentada por pessoas LGBT+ no mercado de trabalho, além de serem mais frequentemente vítimas de violência. O documento ressalta que minorias étnicas continuam a sofrer com falta de reconhecimento e ficam para trás no acesso a serviços básicos.

O relatório afirma que o desempenho econômico da América Latina nas últimas décadas é caracterizado por alta volatilidade e resultado

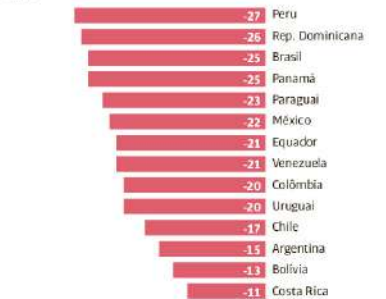
Desigualdade na América Latina parou de cair



Os 10% mais ricos do Brasil concentram 57% da renda nacional. Em 2020, antes de impostos



Mulheres latino-americanas ganham menos que homens com características equivalentes



Estudo em casa é desafio para mais pobres



Fonte: Relatório Regional de Desenvolvimento Humano do Pnud

mediocre. O crescimento médio dos países costuma oscilar entre zero e 3% ao ano.

Segundo o órgão, um fator determinante para esses resultados é a baixa produtividade comum aos países latino-americanos.

O relatório traz uma pesquisa que busca compreender o que as pessoas pensam sobre a desigualdade. O argumento é que é importante conhecer a percepção de injustiça por que ela determina as atitudes políticas das sociedades.

No Brasil, por exemplo, 86% das pessoas acham que a distribuição de renda é injusta (a média da América Latina é de 81%). Além disso, 74% dos brasileiros acreditam que são governados por interesses de pequenos e poderosos grupos (média de 77% no continente).

De acordo com o Pnud, a concentração de poder nas mãos de poucos é um dos fatores que tendem a ampliar a desigualdade e o baixo crescimento. Esses grupos influenciam a elaboração de políticas distorcidas. E, segundo o documento, a América Latina é dominada por um pequeno número de empresas gigantes com alto nível de poder.

"Essa influência é exercida por meio de interferência nas reformas tributárias, de formas que vão desde o bloqueio de aumento de impostos para empresas e proprietários de empresas até o comprometimento de recursos fiscais, pressionando por isenções e subsídios para suas operações, o que impede gastos redistributivos", afirma.

Para eliminar essas distorções, o órgão da ONU sugere a revisão das regras de mercado para eliminar o favorecimento de interesses privados, além da promoção do debate sobre como tributar os super-ricos.

Outro ponto central para a proliferação da desigualdade está na violência. A América Latina abriga 9% da população mundial, mas é responsável por 34% das mortes violentas registradas no mundo. Na pandemia, um fator se agravou de forma relevante nessa área, diz o documento.

Houve aumento da incidência de violência doméstica.

Para o Pnud, por ser vivenciada de forma desproporcional por pessoas que já se encontram em situação de fragilidade, a violência contribui para perpetuar a privação dessas populações. Além disso, ela deteriora direitos, piora a saúde física e mental, reduz resultados educacionais e limita a participação no mercado de trabalho.

Como forma de enfrentamento do problema, a ONU sugere estabelecer sistemas de Justiça mais efetivos, melhorar estatísticas, promover empoderamento econômico feminino e discutir a descriminalização de substâncias hoje ilícitas.

Outro problema observado no Brasil e países vizinhos é o mercado de trabalho segmentado entre formais e informais. Este último grupo é menos protegido, recebe serviços de qualidade inferior e tem maior dificuldade de melhorar as condições de renda.

O Pnud diz que a pobreza caiu na América Latina principalmente por causa de programas de transferência direta de recursos, e não tanto porque a renda auferida por conta própria pelos mais pobres aumentou.

O órgão afirma que a proteção social aos vulneráveis é uma das principais ferramentas para mitigar as desigualdades e sugere que toda a população exposta a um determinado risco seja coberta pelo mesmo programa, sem fragmentação.

Ricos deveriam pagar muito mais imposto, na região, diz FMI

LONDRES FINANCIAL TIMES O principal dirigente do FMI (Fundo Monetário Internacional) para a América Latina instou os governos da região a fazer com que os ricos paguem "muito mais" impostos, dizendo que a região mais desigual do planeta não vai se desenvolver a não ser que atenda às demandas por um sistema econômico muito mais justo.

Em entrevista ao Financial Times enquanto se prepara para deixar o posto que ocupou por oito anos, Alejandro Werner, diretor do FMI para o Hemisfério Ocidental, disse que as recentes inquietações sociais na América Latina destacam a necessidade de uma distribuição de renda muito mais igualitária.

O FMI já apelara anteriormente para que as pessoas de alta renda de todo o planeta, que prosperaram com a pandemia, pagassem mais impostos, temporariamente, a fim de ajudar os mais prejudicados.

A América Latina sofreu mais do que qualquer outra região, porque o coronavírus exacerbou problemas duradouros de baixo crescimento, alta desigualdade e pobreza.

Werner identificou os impostos imobiliários "subutilizados" como um bom ponto de partida para a América Latina. "É preciso adotar um sistema de tributação muito mais progressivo na região sob o qual os segmentos mais abastados da população paguem mais e em seguida criar um sistema econômico no qual a competição seja muito maior do que é hoje", disse.

"A América Latina não pode ser a região mais desigual do planeta e ao mesmo tempo avançar para o próximo estágio de desenvolvimento econômico", afirmou.

'Índice de infelicidade' dos brasileiros é o mais alto em cinco anos

Douglas Gavras

SÃO PAULO O sentimento de bem-estar do brasileiro, medido pelo "índice de infelicidade" — soma das taxas de inflação e de desemprego — atingiu no primeiro trimestre deste ano o pior patamar em cinco anos.

Nos três primeiros meses de 2021, período em o país passava pela segunda onda da pandemia, o índice atingiu 19,83%, mesmo nível desde o terceiro trimestre de 2016, quando o Brasil enfrentava uma recessão.

O levantamento, feito pelo economista Daniel Duque, do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas), também aponta que o Brasil apareceu na segunda pior posição do ranking de infelicidade, só atrás da Turquia, com 26,28% (quanto mais alto, pior).

O PIB (Produto Interno Bruto) tem crescido, mas houve uma grande perda de empregos na pandemia que ainda não foi recuperada, isso está relativamente distante de acontecer, avalia Duque. "Tá a inflação, em que pese estar ainda longe dos dois dígitos, também está bem distante da meta no momento".

Há quase um consenso entre os economistas de que o resultado do PIB, de crescimento de 1,2% no primeiro trimestre, foi mais forte que o esperado, dadas as dificuldades de recuperação da economia em meio ao avanço da pandemia de Covid-19 no país.

O avanço da economia no primeiro trimestre zerou as perdas registradas com a pandemia, voltando ao patamar do quarto trimestre

de 2019, mas ainda está 3,1% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica do país, alcançado no primeiro trimestre de 2014, segundo o IBGE, e a recuperação ainda não é percebida pela maior parte da população.

A taxa de desemprego no país atingiu 14,7% no primeiro trimestre, recorde na série histórica do IBGE, iniciada em 2012. No caso dos preços, a pressão da energia elétrica fez a inflação acelerar em maio, pelo IPCA, e o indicador subiu 0,83%. No acumulado de 12 meses, a alta foi de 8,06% (acima do teto, de 5,25% para este ano).

Duque complementa que a alta nos preços das commodities (os produtos básicos dos quais o Brasil depende em suas exportações) e a falta de apreciação cambial têm levado a um aumento significativo nos preços dos alimentos.

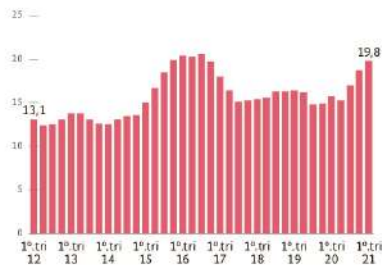
Além do país, o ranking de infelicidade inclui os membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Entre os 38 listados, as melhores posições ficaram com Japão (2,44%), Suíça (4,41%) e Eslovênia (4,77%).

Na medida do índice de infelicidade, pesam contra os brasileiros tanto os indicadores de desemprego quanto os de inflação. No caso da inflação, o Brasil ficou na quinta posição entre os piores, atrás de Argentina, Turquia, Rússia e Arábia Saudita.

Quando se observam os dados de desemprego, o desempenho do país é ainda mais preocupante, ficando em segundo lugar com a maior taxa de desocupação, atrás apenas da Espanha.

Mais infelizes

Índice de infelicidade do Brasil, em %



Ranking dos países mais infelizes, em % dos dados do primeiro trimestre



*Dados mais recentes são de 2020. Fonte: Daniel Duque (Ibre/FGV), com dados da OCDE do IBGE

mercado

Retomada sem emprego

PIB, sozinho, não será suficiente para garantir um crescimento estável e duradouro

Cecília Machado

Economista-chefe do Banco BOCOM BBM e professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

Na coluna passada, argumentei que o panorama externo favorável trouxe folga para o cenário fiscal, já que as coisas que produzimos e exportamos — commodities em sua maioria — tornaram-se mais demandadas, especialmente agora que várias economias avançam na vacinação, reabrem suas economias e estabelecem planos de investimentos em infraestrutura para uma retomada sustentável, além de mais verde e tecnológica.

Mas, ainda que o país possa ter ficado mais rico, os ganhos não foram distribuídos para a população. Há, sem dúvidas, ganhadores e perdedores, e um dos principais sinais de uma frágil

recuperação vem do mercado de trabalho, que, apesar de dar sinais de melhora, o faz de forma lenta e desigual.

A taxa de desocupação, métrica tradicional de desempenho do mercado de trabalho, está em 14,7%. Apesar de ser um recorde histórico desde o início da série, em 2012, o número representa um aumento de apenas 2,5 pontos percentuais em comparação a igual trimestre do ano anterior. Em números absolutos, são em torno de 2 milhões de pessoas desocupadas a mais (14,8 milhões no total).

Entretanto, durante a pandemia, a taxa de desocupação passou a ser estatisticamente pouco informativa sobre os

efeitos devastadores da crise econômica na vida das pessoas, já que muitos trabalhadores ficaram fora da força de trabalho da economia, apesar de serem força de trabalho em potencial. São pessoas que gostariam de trabalhar, mas que ficaram impedidas de procurar ou de assumir postos de trabalho, seja porque não existe emprego, seja porque o retorno ainda não é seguro, seja porque as escolas ainda não estão totalmente abertas.

Nesta crise, a força de trabalho em potencial aumentou muito mais que a população desempregada, passando de 8,3 milhões para 11,3 milhões. Assim, somando os desempregados à força de trabalho em

potencial, temos 26 milhões de trabalhadores subutilizados. Considerando, alternativamente, a população ocupada, passamos de 92,2 milhões para 85,6 milhões de empregos entre os primeiros trimestres de 2020 e 2021, uma perda de 7 milhões de postos de trabalho.

O baixo desempenho do mercado de trabalho é evidente e levanta muitas dúvidas sobre uma recuperação mais robusta da economia. Pela massa de rendimentos reais, houve queda de quase 7% entre os primeiros trimestres de 2020 e 2021, apesar de o PIB real ter crescido 1% em igual período.

E a relativa estabilidade do rendimento real do trabalho, em torno de R\$2,500, diz pou-

co sobre a escassez de mão de obra, já que mudanças na composição da força de trabalho favorecem, justamente, os trabalhadores de maiores salários.

Os setores que mais cresceram no período — indústria e agricultura — não são os mais intensivos em mão de obra, e o setor de serviços continua sem muitas perspectivas enquanto a vacinação não avança.

Na abertura do emprego por setor, os ganhadores se revelam: em quanto a ocupação em agricultura e pecuária aumentou em 329 mil postos, o comércio perdeu 1,6 milhão de trabalhadores, as atividades de alojamento e alimentação, mais 1,4 milhão, e a população de trabalhadores domésticos encolheu outro 1 milhão.

A recuperação econômica sem empregos — “jobless recovery”, quando a economia cresce, mas o mercado de trabalho não responde — acontece quando realocações setoriais geram desca- samentos entre quem busca e quem oferece trabalho.

Em alguns setores, a demanda pode não voltar aos níveis pré-pandemia, resultado direto das mudanças nos padrões de consumo que permanecem mesmo depois da vacinação e da reabertura. E reestruturações organizacionais eliminam permanentemente trabalho desnecessário, especialmente em firmas pequenas, criando mudanças estruturais nas oportunidades de emprego.

Pode até ser que o avanço da vacinação traga alguma esperança para a recuperação do mercado de trabalho. Os próximos meses dirão. Mas também não há nenhuma garantia de que tudo voltará a ser como antes. Se, de um lado, a trajetória fiscal se tornou mais sustentável, de outro, a sociedade ficou mais desigual e com piores perspectivas de emprego.

O PIB é certamente um dos indicadores da retomada, mas ele, sozinho, não será suficiente para garantir um crescimento estável e duradouro da nossa economia, especialmente quando os ganhos deixam tanta gente para trás.

| DOM, Samuel Pessôa | SEG, Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER, Michael França, Cecília Machado | QUA, Helio Beltrão | QUI, Gida Bento, Solange Strour | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Nubank traz Anitta para o conselho de administração

Cantora, 3ª mulher a integrar colegiado, vai discutir decisões e estratégias da fintech em reuniões trimestrais

SÃO PAULO O Nubank anunciou nesta segunda-feira (21) a cantora Anitta como nova integrante do conselho de administração da empresa.

Segundo o comunicado, Anitta vai participar de reuniões trimestrais com os outros seis conselheiros e a diretora e cofundadora do Nubank, Cristina Junqueira, para discutir as decisões e estratégias do banco digital.

“É muito chato e constrangedor não conseguir ter acesso a produtos financeiros. Muita gente na América Latina sempre viveu de emprego informal. Como essas pessoas vão ter histórico de crédito? Fiquei impressionada ao ver o trabalho do Nubank em fazer com que milhões de pessoas se sintam incluídas, podendo ter uma vida financeira melhor”, diz Anitta, em nota.

Anitta é a terceira mulher a integrar o conselho da empresa, que é formado por Anitta Sands, professora da universidade americana de Prince-

ton e ex-diretora de operações do banco suíço UBS, e Jacqueline Reses, ex-presidente da fintech Square e atual presidente do Conselho Consultivo Econômico do Fed (banco central dos EUA).

“Anitta tem profundo conhecimento do comportamento dos consumidores nesses mercados que tem explorado e tem muita experiência em estratégias de marketing vencedoras. Essas competências foram chave para a comidarmos para o conselho. Nenhum outro conselheiro tem essa experiência”, afirma David Vélaz, presidente-executivo e cofundador do banco digital, em nota.

“Anitta está reinventando a cena cultural nos últimos anos e compartilhamos do mesmo DNA de inovação. Ela levou o funk brasileiro a outro patamar e criou uma marca mundial gigantesca. É uma empresária de sucesso que vai nos ajudar a aprimorar ainda mais os produtos para nossos clien-

tes”, afirma Junqueira, cofundadora do Nubank.

Segundo o professor da ESPM Fábio Mariano Borges, a chegada da Anitta ao banco digital deve levar voz a um grande grupo da população brasileira que, em geral, é excluído ou não representado totalmente nas instituições financeiras.

“Quando pensamos no conselho [de administração] de uma empresa, principalmente quando falamos de banco, pensamos em um homem branco, cisgênero e heteronormativo, de idade avançada e vida sofisticada, que entende de business [negócio], mas não entende de pessoas. A Anitta simboliza a diversidade e a representatividade de um grande público”, afirma.

Também integram o conselho Daniel Goldberg, ex-presidente do Morgan Stanley no Brasil e ex-secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, antigo órgão do sistema brasileiro antitrust;



David Vélaz, presidente-executivo e cofundador do Nubank, Anitta e a cofundadora Cristina Junqueira. Divulgação

“Quando pensamos no conselho de uma empresa, principalmente quando falamos de banco, pensamos em um homem branco, cisgênero e heteronormativo, de idade avançada e vida sofisticada, que entende de business [negócio], mas não entende de pessoas. A Anitta simboliza a diversidade e a representatividade de um grande público

Fábio Mariano Borges professor da ESPM

pelo colombiano Luís Alberto Moreno, ex-presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); por Doug Leone, Global Managing Partner e investidor da Sequoia Capital, membro do Conselho do Nubank desde 2016; e David Vélaz, presidente-executivo e fundador do Nubank.

O anúncio acontece pouco após o banco digital divulgar a extensão de uma rodada de investimentos de US\$ 750 milhões. O principal aporte, de US\$ 500 milhões, veio da Berkshire Hathaway, do megainvestidor Warren Buffett.

Instituição começa a selecionar bancos para IPO, diz agência

SÃO PAULO | REUTERS O Nubank pediu propostas de bancos de investimento para que eles ofereçam seu IPO (oferta pública inicial de ações, na sigla em inglês) nos EUA, segundo a agência de notícias Reuters.

O cofundador e presidente-executivo do Nubank, David Vélaz, há dois dias atrás que um IPO provavelmente acontecerá em algum momento, mas não estava nos planos de curto prazo da empresa.

As discussões da fintech com os bancos mostram que os preparativos para uma estreia no mercado de ações, que uma das fontes disse que poderia avaliar o Nubank em mais de US\$ 40 bilhões, estão mais avançados do que se sabia anteriormente. O Nubank não quis comentar o assunto.

Post de celebridade sem indicar anúncio lidera queixas no Conar

Nelson de Sá

SÃO PAULO Em 2019, 7,1% das queixas que chegaram ao Conar (Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária) foram sobre identificação

inexistente ou deficiente de que se tratava de propaganda — de influenciadores, celebridades em mídia social. No dado consolidado de 2020, saltou para 31%. Mês a mês, neste ano, eles já são maioria.

São casos como o das atrizes Bruna Marquezine e Isabela Fiorentino Hawilla, que tiveram postagens em Instagram, sobre um produto chamado Brizza, da Arezzo, denunciadas por falta de identificação publicitária.

O julgamento foi em 25 de maio e condenou por unanimidade as atrizes e a anunciante a realizar mudanças nos

anúncios, explicitando a informação de que se trata de uma campanha de marca — embora elas já tivessem reconhecido e feito a alteração.

Aconteceu o mesmo com New White e a modelo de fisiculturismo Gracyanne Barbosa e com Happy Hair e a cantora Laís Bianchessi.

Já a atriz Marina Ruy Barbosa teve um processo arquivado em 2019, quando enfrentou denúncia de falta de identificação publicitária numa postagem na qual elogiava a Cálcio.

“Os anunciantes informaram que a postagem não é publicidade, e sim opinião da atriz, ainda que não neguem haver relação comercial estabelecida entre as partes”, registrou o Conar, que aceitou os argumentos e arquivou.

Mais recentemente, a atriz, que é ruiva, passou a enfren-

tar críticas ao aparecer em mídia social com os cabelos loiros, no que se revelou depois ser uma campanha da Renault. Parte da reação veio do jornalismo de entretenimento, que se vê sitiado por campanhas do gênero.

“Estratégias de comunicação baseadas em notificações falsas para gerar buzz, clique ou marketing não podem ter o aval do jornalismo, especialmente neste momento de combate às fake news de qualquer espécie”, diz Daniela Ambrosio de Tófoli, diretora de grupo na Editora Globo.

“Se a prática já seria duvidosa em outra ocasião, agora é inaceitável. E agências, assessorias e artistas que confirmam a informação aos repórteres que os procuram e desmentem dias depois acabam perdendo sua cre-

dibilidade com essas ações.”

Eugênio Bucchi, professor titular da Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP), discorda de que se trate de fake news ou sequer que celebridades tenham credibilidade. “Elas têm algum compromisso com verdade factual?”, questiona. “Essas vidas são performativas. São personagens.”

“Encenação de celebridade não deveria ser tratada como fato, porque não é”, afirma, acrescentando que o problema é “quando meios jornalísticos embarcam nisso, porque a checagem não foi eficiente ou porque não teve nível de dúvida que deveria.”

Procurada, a assessora de Marina, Muniky Sena, disse que a atriz inicialmente postou só uma foto de bastidores, sem áudio ou produto. “E, na legenda, não houve men-

tira ou desinformação: Marina disse estar loira. E estava.”

Afirmou ainda que a foto de bastidores não trouxe dolo a ninguém, tampouco prejuízos. “A informação de que se tratava de campanha foi divulgada pela marca, durante um evento. E foi confirmada pela assessora pessoal.”

A ausência de referência ao fato de ser campanha, na primeira postagem no Instagram, não é uma ação vedada pela plataforma. Como não participa do acordo entre o anunciante e a celebridade, a rede trata casos assim como conteúdo orgânico.

Mas a plataforma, como outras, recomenda transparência e tem uma ferramenta para isso, uma “tag”, etiqueta, acima do post com a inscrição “Parceria paga com”, mais a marca. De resto,

sugere ao usuário respeitar as normas de cada mercado.

O Conar definiu as suas normas para casos assim há seis meses, lançando o Guia de Publicidade por Influenciadores Digitais. Ele é resultado, em parte, do salto nas queixas de consumidores nos últimos dois anos — embora o primeiro tenha aparecido já em 2012.

“O influenciador também tem obrigação a cumprir”, diz a diretora Juliana Nakata Albuquerque, sobre o Guia. “É a primeira coisa é ‘fala que é propaganda’. É a base.”

Também são motivo de atenção, segundo ela, as “brincadeiras ou distorções que levam a erro sobre a decisão de compra, quanto ao que o produto efetivamente entrega, ou sobre valores, como uma questão de apresentação não respeitosa”.

Com 'jabutis' e risco de judicialização, Congresso aprova MP da Eletrobras

Medida que abre caminho para a privatização da empresa vai para a sanção de Bolsonaro

Danielle Brant e Thiago Resende

BRASÍLIA A Câmara aprovou nesta segunda-feira (21), por 258 votos a 136, a medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras. A proposta, porém, é alvo de questionamentos, que devem parar na Justiça. O projeto segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O avanço do aval para a privatização da Eletrobras representa uma vitória da agenda do ministro Paulo Guedes (Economia). Para isso, porém, o governo teve de ceder à pressão de congressistas e empresas do setor de energia. A desestatização da companhia é uma das principais prioridades de Guedes, que ainda não conseguiu destravar seu plano de vender empresas públicas.

A discussão da privatização começou no governo Michel Temer, que não conseguiu aprovar a medida.

O ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) foi à Câmara após a votação do texto principal da medida provisória. Ele se reuniu rapidamente com o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), e seguiu com o deputado ao plenário. Quando lhe foi perguntado sobre a hipótese de o governo estar preparando uma medida de racionamento, o ministro negou e disse: "Vocês vão se decepcionar".

Segundo ele, uma das medidas será uma MP para "dar segurança jurídica na governança da crise hídrica". Essa MP sobre a crise na geração de energia em 2021 está em estudo pelo governo e aguarda uma conclusão da proposta relacionada à Eletrobras.

O objetivo inicial da medida analisada nesta segunda pela Câmara era possibilitar o aumento de capital da Eletrobras por meio da diluição da participação da União no controle da empresa. A ideia era que a companhia lançasse ações com direito a voto (ordinárias), diminuindo para cerca de 45% a fatia que a União tem hoje na elétrica.

A MP permite que a União faça uma oferta secundária de ações, vendendo a própria participação na empresa.

No entanto, tanto na Câmara como no Senado o texto ganhou vários "jabutis" (mudanças que não estavam na versão original da proposta), que, segundo a União pela Energia, que reúne entidades do setor elétrico, poderão ter um custo de até R\$ 84 bilhões, além

de piorar a percepção de segurança jurídica entre investidores. O governo diz que, apesar dos "jabutis", haverá redução no preço de energia e chama a proposta de uma modernização no setor elétrico.

O principal "jabuti" e que corre risco de judicialização

está no mesmo parágrafo que estabelece o aumento de capital da Eletrobras. O trecho é considerado, por críticos à proposta, uma reserva de mercado para a contratação de termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas em regiões do país, além de prorrogar os contratos do Proinfra

(Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) por 20 anos.

Pelo novo texto, serão distribuídos 1 GW para o Nordeste, 2,5 GW para o Norte, 2,5 GW para o Centro-Oeste e 2 GW para o Sudeste. No fim de

maio, a Câmara chegou a aprovar uma versão que previa 6 GW. Essa contratação, portanto, foi ampliada no Senado na semana passada e confirmada nesta segunda pela Câmara.

A instalação desses empreendimentos gera polêmicas. Enquanto alguns dizem que a pulverização dos projetos no interior do Brasil favorece a economia nacional, outros afirmam que eles contrariam a lógica econômica, já que vão exigir investimentos bilionários na construção de gasodutos e linhas de transmissão apenas para favorecer grupos privados que atuam especificamente nessas locais do país.

Continua na pág. A16

INVESTIR É UMA CIÊNCIA DE PRECISÃO.
OS MELHORES INVESTIDORES SABEM USAR
A TECNOLOGIA A FAVOR DA PERFORMANCE.

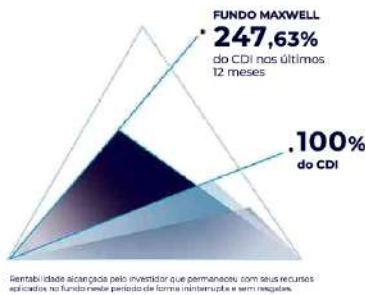


FUNDO SAFRA MAXWELL

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Um fundo que usa a inteligência artificial para otimizar resultados, analisando uma quantidade gigantesca de dados em tempo real.

Invista na ciência de precisão do Safra.



Abra sua conta e invista nos fundos premiados do Safra



Safra Maxwell	Fundo	CDI	% CDI
Mês	0,42%	0,27%	156,41%
Ano	1,28%	0,97%	132,80%
12 meses	3,40%	2,39%	247,63%
Desde o início	13,96%	6,03%	230,29%



AVISO - LEIA O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS, SE HOUVER E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. O INVESTIMENTO EM FUNDOS NÃO É GARANTIDO PELO ADMINISTRADOR, PELO GESTOR, POR QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU PELO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO - FGC. DESCRICÃO DO TIPO ANBIMA: DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. RENTABILIDADE: PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS, TAXAS DE PERFORMANCE E LUCROS DE SAÍDA. A COMPARAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO E INDICADORES ECONÔMICOS É MERA REFERÊNCIA E NÃO META OU GARANTIA DE PERFORMANCE. Material de divulgação do Safra Maxwell Fundo FIC FI Multipremiado - CDI 26.305.819.000-22. Data de início do fundo: 19/07/2011. Este fundo é distribuído e liquidado em dólar. O objetivo do fundo é aplicar seus recursos em ações de FI de classes diversas e/ou cotas de FIC de classes diversas, sem possuir o compromisso de concentração em nenhuma estratégia específica. A tributação aplicável aos cotistas do fundo, como regra geral, é a seguinte: I - imposto de Renda: fundo na Forma (IRRF) e, por consequência, data livre tributatório; o fundo poderá optar a classificação de "fonte preso"; assim, os rendimentos auferidos pela cotista sujeitar-se-ão à tributação pelo IRRF, sem restrição de fonte cobrada; II - imposto sobre operações relativas a Futuros ou Valores Mobiliários (IOF/Imposto): incidirá IOF regressivo nas aplicações com prazo inferior a 30 (trinta) dias, conforme tabela anexa ao Circular nº 4.300/07 (e alterações posteriores); Classificação Anbima: Multiinvestimentos Livre. Taxa de administração: 2% a.a. Taxa de performance: 20% da que exceder o CDI. Não há taxa de saída. R: médio dos últimos 12 meses (limite): R\$ 1.442,86 por cotista para resgate. Cotações de resgate operadas D+3 (aparelhamento D+1 após a data da cobrança. Classificação do Produto de Investimento: R: Os principais fatores de risco estão relacionados a LIQUIDEZ - A redução ou inexistência de demanda dos ativos integrantes da carteira do fundo nos mercados em que são negociados, no prazo e pelo valor desejados, para proporcionar a rentabilidade do fundo ou dificultar o atendimento das prazos de resgate estabelecidos; RISCO DO INTERESTO E EXCESSO E fatores econômicos não políticos nacionais e internacionais; CREDITO, especialmente quanto ao risco de inadimplência e oscilações de preço mediadas pelo spread de crédito; Identificação de fonte: Quantum Invest Data Base: 3/06/2021; Cuidar: Safra Asset Management Ltda - CNPJ 02.992.070/0001-30; Administrador: Safra Serviços de Administração Produtiva Ltda - CNPJ 06.947.855/0001-11; Os serviços de distribuição e custódia são prestados pela Safra S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.940.780/0002-28; SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO: Comissão de Valores Mobiliários - CVM; Serviço de Atendimento ao Cliente em: www.safra.com.br. Para mais informações, consulte um gerente Safra ou acesse o site www.safra.com.br. Central de Atendimento Safra: 0800 130 1241 (de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h), sexta-feira: Atendimento e parâmetros de necessidade especial: audição e de fala SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor/Mapa de Dados: 0800-702-8755 (atendimento de terça por dia, sexta dia) por WhatsApp Ouvidoria - caso a tarifa cobrada no SAC e não esteja satisfatória: 0800-770-1236 (atendimento a portadores de necessidades especiais adicionais e de fala: 0800-702-7555 (8h 2ª a 6ª feir, das 9h às 18h, exceto feriados) ou acesse: www.safra.com.br/atendimento/ouvidoria

- Entenda a MP da Eletrobras**
- CAPITALIZAÇÃO**
- Texto permite **diluir a participação da União** no controle da Eletrobras
- Eletrobras poderá **lançar ações com direito a voto**, sem que a União acompanhe esse aumento de capital. Com isso, a **União deve ficar com cerca de 45% de participação** na empresa
- União poderá fazer oferta secundária de ações e vender fatia na Eletrobras
- 'JABUTIS'**
- MP prevê **contratação de termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas** em regiões do país
- Serão distribuídos **1 GW** para a região Nordeste, **2,5 GW** para a região Norte, **2,5 GW** para a região Centro-Oeste e **2 GW** para a região Sudeste
- Texto prorroga os contratos do **Proinfra** (Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica)
- Proposta **atropela o Ibama** e **A Funai** para dar início à construção de uma **linha de energia elétrica** de alta-tensão na terra indígena waimiri-atroari (Amazonas e Roraima)



Por Pedro Cafardo

É ex-editor-executivo do Valor e integrou a equipe que fundo... ver mais

As lições da Europa sobre fiscalismo radical

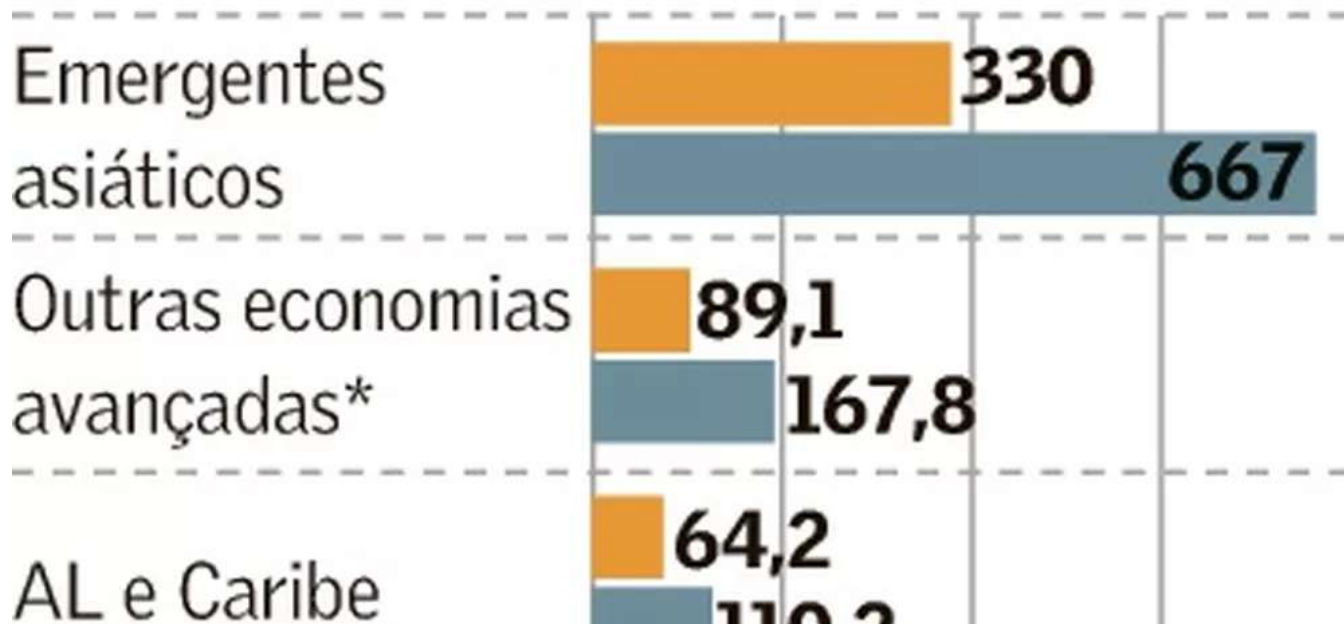
Situação fiscal da União Europeia está muito longe de cumprir os objetivos do Tratado de Maastrich

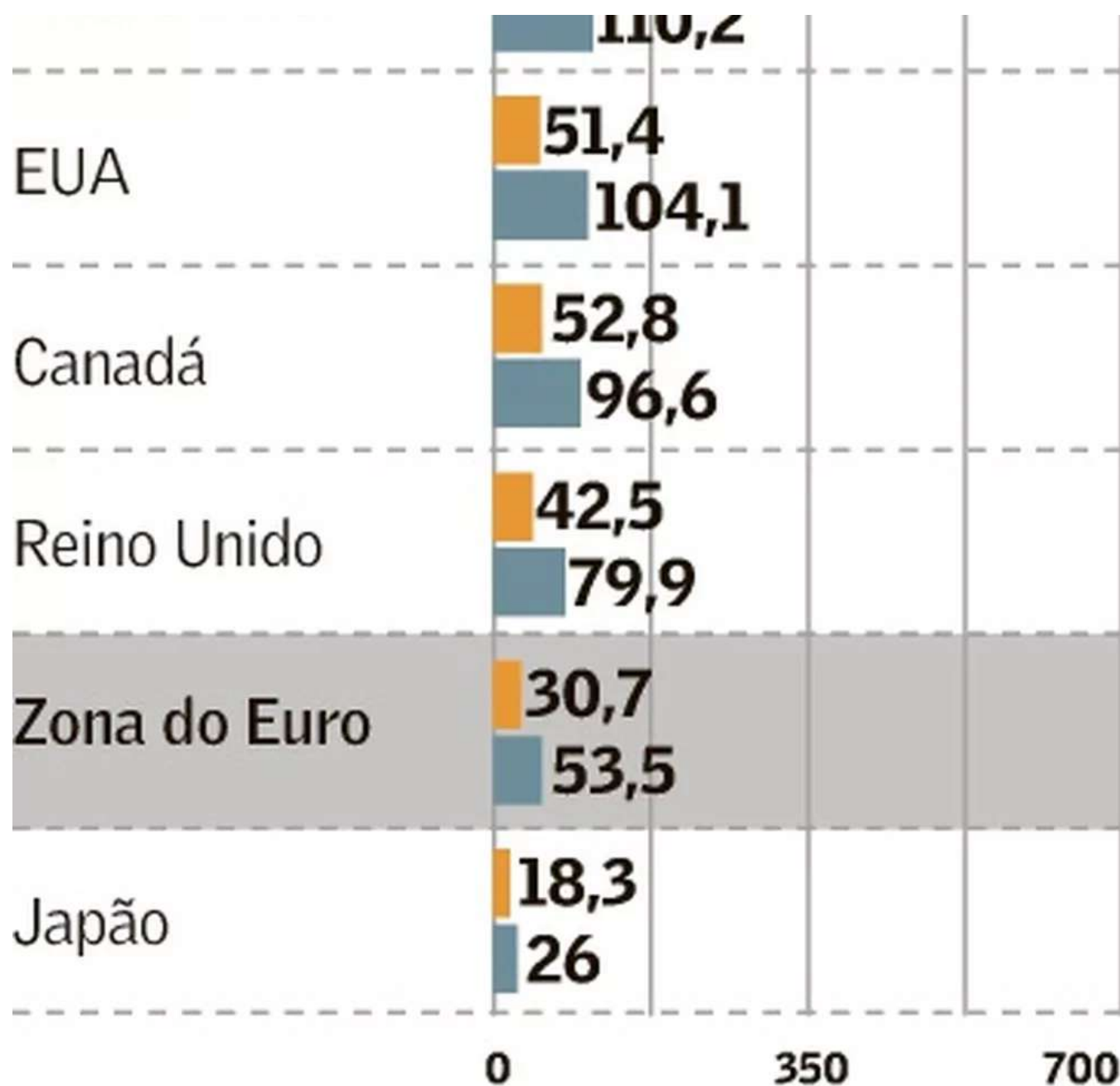
22/06/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Euro na rabeira

Crescimento do PIB – em %

■ De 1999 a 2019 ■ De 1991 a 2019





Fonte: dados básicos do FMI/ Jesús Ferreiro/ Carmen Gómez
 *Exceto G7 e Zona do Euro

Pouco destaque teve por aqui uma notícia importante sobre a União Europeia. Na quarta-feira, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, foi a Madri e Lisboa para anunciar a aprovação dos planos de recuperação econômica de Espanha e Portugal, que receberão, respectivamente € 70 bilhões e € 16 bilhões. Na quinta-feira e na sexta-feira, Ursula visitou Dinamarca, Luxemburgo e Grécia com o mesmo objetivo.

A notícia não é importante apenas pelos valores bilionários a ser liberados para investimentos pós-pandemia em países membros - o plano, chamado "Next Generation EU", distribuirá € 750 bilhões (R\$ 4,5 trilhões), a maior parte sob a forma de subvenções, ou seja, transferências a fundo perdido. É importante também porque a iniciativa pode indicar o início de uma mudança histórica. Em crises anteriores, sob o comando da ortodoxia alemã, a UE agiu com mão de ferro e fiscalismo radical contra membros mais pobres. Exigiu austeridade e impôs uma política macroeconômica que agravou problemas sociais desses países e travou seu crescimento econômico.

Situação fiscal da UE está longe de cumprir metas de Maastrich

Um primoroso trabalho acadêmico feito por dois economistas espanhóis, catedráticos da Universidade do País Basco, Jesús Ferreiro e Carmen Gómez, mostra o impacto negativo dessa ortodoxia econômica em toda a zona do euro. Ferreiro apresentou o trabalho no dia 12 durante o SDMRG International Workshop.

O “paper” é amplo e técnico, denominado “Fiscal policy and long-term economic growth: lessons from the Euro Area”. Chama a atenção um gráfico que compara os crescimentos econômicos na zona do euro com os dos demais blocos de países avançados ou emergentes.

Os números principais estão no gráfico ao lado. Em 28 anos, de 1991 a 2019, a expansão acumulada do Produto Interno Bruto (PIB) dos países da zona do euro foi de apenas 53,5%, muito abaixo da média alcançada pelas demais economias avançadas, de 167,8%, e a uma distância infinita em relação aos 667% dos emergentes asiáticos.

O vexame europeu é observado também nos 20 anos desde a criação da moeda única, o euro. De 1999 a 2019, o crescimento acumulado do PIB foi de 30,7%, enquanto as demais economias avançadas cresceram 89,1%, e emergentes asiáticos, 330%.

Em bom português, quer dizer que as nações da zona do euro, em seu conjunto, empobreceram em relação aos demais países. Só foram melhores que o já suficientemente rico Japão, cujo PIB cresceu apenas 26% de 1991 a 2019 e 15% de 1999 a 2019.

Para mostrar os efeitos da política macroeconômica ortodoxa, Ferreiro lembra a lógica subjacente no processo de integração europeia e da construção da união monetária. Assinada em 1986, Ata Única Europeia definiu a plena integração econômica e a formação de um mercado único até 1992. Entendia-se que o mercado único, com estabilidade cambial e austeridade fiscal, promoveria a aceleração do crescimento em todo o bloco. Haveria maiores fluxos comerciais, mais competitividade e isso resolveria o problema crônico europeu, já chamado naquela época de “neuroesclerose”.

A União Europeia foi oficialmente criada em 1992, pelo Tratado de Maastricht. Adotou-se política monetária única, por meio do Banco Central Europeu (BCE), que fixou a meta de inflação em 2% ao ano. Não se estabeleceu uma política fiscal única, mas foram criadas regras fiscais rígidas, como déficits públicos de até 3% do PIB e dívidas públicas não superiores a 60% do PIB, com punições para países que não as cumprissem. Além disso, Maastricht proibiu o financiamento monetário de desequilíbrios fiscais e o resgate de um país por outros Estados ou por instituições comunitárias. Para eliminar a instabilidade cambial, estabeleceu-se a moeda única. O euro passou substituir as moedas nacionais a partir de 1999 - hoje engloba 19 países.

O Pacto de Estabilidade e Crescimento, de 1997, tornou as normas fiscais ainda mais restritivas. Essa política foi amainada na crise financeira, de 2007 a 2009, mas retomada a partir de 2010, o que levou a economia europeia à recessão.

Ferreiro e Gómez mostram que não tem havido coordenação das políticas monetária e fiscal na zona do euro. Em certos momentos, quando a política fiscal passou a ser expansiva, o BCE adotou políticas monetárias restritivas. A estratégia regional macroeconômica está definida, desde 2011, por uma política monetária expansiva e uma política fiscal restritiva.

Com a continuidade da secular estagnação europeia, permaneceram depois da criação da UE os principais desequilíbrios macroeconômicos da região. O desemprego não foi reduzido em três décadas, exceto na Alemanha. A combinação de políticas de austeridade fiscal com reformas trabalhistas produziu forte aumento de desigualdade e pobreza. Em 2019, 20,6% das populações da zona do euro estavam em risco de pobreza e exclusão social. Ao contrário do que previa a política restritiva, os desequilíbrios fiscais não foram corrigidos, e a dívida pública do bloco aumentou para 85% do PIB. A situação fiscal da região está muito longe de cumprir os objetivos do Tratado de Maastricht.

Voltando ao início da coluna, cabe a pergunta: será que, de fato, a aprovação dos planos de recuperação econômica pós-pandemia, com injeção de € 750 bilhões, representa uma mudança histórica no bloco? Ferreiro é cético: “Embora a reforma das regras fiscais seja necessária, não está clara a vontade política para mudar

radicalmente essas normas. Podemos considerar essa situação transitória e excepcional”.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve quinzenalmente às terças-feiras

E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

 **COMENTÁRIOS**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vagas abertas para Graduação EAD

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Atendimento médico domiciliar 24h é vital para sua família?

VITALMED

LINK PATROCINADO

Isto é chave para a diminuição da próstata, use isso todos os dias.

P+ACTIVE

LINK PATROCINADO

O preferido dos homens de bom gosto com um preço nunca visto

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Economize! Transforme qualquer mangueira em lavadora de pressão

PORTAL G3

LINK PATROCINADO

Veterinária de Salvador emagrece e volta a vestir 36 fazendo isto todos os dias!

DR. ZERO PESO | ESPECIALISTA EM EMAGRECIMENTO

Mais do Valor **Econômico**

Equipe econômica quer isenção para dividendos de até R\$ 20 mil por mês

Valores acima dessa faixa pagariam alíquota de 20% pela proposta do Ministério da Economia

Por Fabio Graner e Fabio Murakawa — De Brasília

22/06/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

O Ministério da Economia definiu uma proposta de tributação de dividendos em 20%, com faixa de isenção de R\$ 240 mil por ano (R\$ 20 mil por mês). Conforme o **Valor** antecipou, a pedido do Palácio do Planalto o time do ministro Paulo Guedes estava revisando a proposta de tributação de dividendos de modo a incluir uma faixa de isenção no desenho. O site Poder 360 noticiou a definição do valor de R\$ 20 mil por mês, informação confirmada pela reportagem do **Valor**.

Hoje, essa forma de distribuição de lucros é totalmente livre de tributação. Originalmente, trabalhava-se na equipe econômica com uma alíquota de 15% sem isenção, mas já havia considerações sobre a possibilidade de ela subir para 20%. Com a ideia de uma faixa de isenção, a alíquota maior ganhou força.

A cobrança sobre dividendos visa financiar a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) em cinco pontos percentuais, de 25% para 20%. Também deve ajudar a bancar o reajuste das faixas de tributação do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), cujo limite de isenção caminhava para ser fixado em R\$ 2,4 mil.

A proposta para reforma do IR agora será analisada pelo Palácio do Planalto, que deve decidir também o momento do envio. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse na semana passada esperar que o texto seja remetido aos deputados ainda nesta semana, mais precisamente amanhã. O governo, porém, ainda não se comprometeu publicamente com esse prazo.

Na tarde de ontem, o presidente Jair Bolsonaro recebeu Guedes para discutir com seu núcleo de ministros palacianos a proposta que estava pronta na área econômica. O **Valor** apurou que o acertado foi buscar cumprir o prazo de envio na quarta.

Ex-assessora do ministro da Economia para a reforma tributária, a coordenadora do núcleo de estudos tributários do Insper, Vanessa Canado, demonstra preocupação

com a possibilidade de o desenho da tributação de dividendos com uma faixa de isenção de R\$ 240 mil por ano (R\$ 20 mil mensais) aumentar a complexidade do sistema.

De acordo com ela, o limite de isenção reduzirá a alíquota efetiva de tributação, que na versão mais recente da proposta é de 20% sobre a distribuição de lucros. Para Vanessa, em vez de uma isenção para renda mensal de até R\$ 20 mil com dividendos, faria mais sentido que o limite de isenção siga a tabela progressiva do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF).

“O que estou propondo é evitar mais uma tabela, mais uma regra. Já que querem dar algum tipo de isenção, adota a que já existe. Não é questão de ser alta ou baixa, mas sim de não criar mais uma regra”, afirmou ao **Valor**.

Como ainda não há muitos detalhes da proposta, Vanessa disse temer que o governo faça essa isenção apenas para distribuição de lucros de empresas em regimes especiais, como o Simples. “Nesse caso, vai-se tratar de forma diferente quem é acionista de empresa maior de quem é de empresa menor, o que é uma diferença econômica injustificável”, disse, acrescentando que isso acabaria por reforçar a complexidade do sistema e ampliar “distorções alocativas” e incentivos para que as empresas se mantenham menores.



COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O preferido dos homens de bom gosto com um preço nunca visto

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Mau hálito persistente: é isto que você deveria fazer todos os dias

HALITO BOM

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Em Salvador as pessoas estão usando o Consórcio Itaú

Governo de Minas prevê obter até R\$ 17 bilhões com novas concessões

Pacote inclui rodovias, aeroporto da Pampulha, um estádio e o ginásio Mineirinho

Por Cibelle Bouças — De Belo Horizonte

22/06/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte: terminal está perto de se tornar o maior da aviação executiva do país — Foto: Divulgação

O governo de Minas Gerais abriu consulta pública para a concessão de rodovias no Triângulo Mineiro e sul do Estado e do aeroporto da Pampulha. Incluindo o projeto do Rodoanel na região metropolitana de Belo Horizonte e a concessão do ginásio Mineirinho, a expectativa do governo é obter aproximadamente R\$ 17 bilhões em concessões até o fim de 2022.

O pacote de rodovias contempla 3,25 mil quilômetros de malha e estimativa de atração de R\$ 11 bilhões em investimentos. A esse valor somam-se R\$ 4,5 bilhões esperados na concessão do Rodoanel, R\$ 132 milhões do Estádio Jornalista Felipe Drummond, o Mineirinho, e R\$ 1 bilhão da concessão do Aeroporto da Pampulha.

As concessões de rodovias terão sete lotes, envolvendo as regiões do Triângulo, sul do Estado, Varginha-Furnas, São João del-Rei, Itapeverica-Lagoa da Prata, Perdões-Patos de Minas e Ouro Preto-Brumadinho - este último, modelado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o restante é modelado pelo BNDES.

A malha em estudo corresponde a cerca de 20% do total de Minas e contempla 120 municípios.

Dois lotes foram colocados em consulta pública na sexta-feira. Eles somam em torno de 1,1 mil quilômetros, localizados no Triângulo Mineiro (627,4 quilômetros) e no sul do Estado (466,4 km). O governo estima atrair R\$ 3,6 bilhões em investimentos ao longo de 30 anos de concessão, metade disso nos oito primeiros anos.

“O Estado precisa avançar nessas concessões porque hoje nossos recursos mal são suficientes para manter as estradas existentes. E o que dizer de construir novas estradas”, afirmou o governador Romeu Zema (Novo). Zema reconheceu que a manutenção das estradas feitas pelo governo estadual tem sido inadequada por falta de recursos. Ele acrescentou que as rodovias receberão investimentos privados para reforma e ampliação nos próximos anos e essa melhora vai proporcionar redução no número de acidentes.

Nas rodovias do Triângulo e do sul de Minas, a média histórica é de 393 e 481 acidentes por ano, respectivamente, com custo para o Estado de mais de R\$ 280 milhões ao ano. O governo espera redução de mais de 189 acidentes por ano e economia de R\$ 61 milhões, com o atendimento a acidentados.

O Estado também espera arrecadar R\$ 855 milhões de ISS e R\$ 219 milhões de ICMS com a concessão dos dois primeiros lotes.

“A nossa visão é que o lote do Triângulo deve atrair empresas de maior porte”, afirmou Fernando Marcato, secretário de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais. Ele observou que a concessão inclui parte da BR-365, que é operada pela Ecorodovias no trecho de Goiás a Uberlândia. A CCR também teria demonstrado interesse.

Já para o sul do Estado, Marcato prevê a participação de empresas médias e construtoras que já estão em consórcios.

A consulta pública vai durar 45 dias. O governo espera publicar o edital em setembro e realizar o leilão em novembro. Marcato estima que os outros cinco lotes sejam colocados em consulta pública até o fim de julho e mais dois lotes sejam leiloados neste ano.

Os lotes serão leiloados no modelo híbrido. O primeiro critério de julgamento será a menor tarifa de pedágio. Marcato disse que o pedágio por quilômetro dos dois lotes está em torno de R\$ 0,13. Sobre esse valor, os concorrentes poderão oferecer desconto de até 15%, de forma que o valor mínimo seja de R\$ 0,11 por quilômetro. Havendo mais de uma empresa com a mesma oferta de pedágio, vence o maior valor de outorga.

A Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade estima que a concessão dos dois primeiros lotes vai gerar 67 mil empregos diretos e indiretos.

O governo também vai publicar até o dia 29 o edital de concessão do aeroporto da Pampulha. A expectativa é concluir o leilão de concessão até o início de setembro. Com a desativação do Campo de Marte, em São Paulo, Pampulha será o maior aeroporto de aviação executiva no país.

A concessão será de 30 anos e terá como critério maior valor de outorga, sendo o mínimo de R\$ 9 milhões. A concessão prevê a exploração de receitas tarifárias e não tarifárias no aeroporto. Marcato estima que essas receitas devem somar R\$ 1,05 bilhão em 30 anos de concessão (trazido a valor presente o valor chega a R\$ 340 milhões).

“Queremos que a nova concessão traga investimentos para a área e valorize a região onde está o aeroporto e carece de investimentos. Haverá investimentos expressivos na área, com construção de centro comercial, centro de convenções”, afirmou Zema.

O governo do Estado estima atrair R\$ 150 milhões em investimentos na região da Pampulha. Entre possíveis interessados na concessão do aeroporto estão a CCR, pela sinergia com o aeroporto de Confins (que administra por meio da BH Airport), e empresas que operam aeroportos regionais no país, disse Marcato.

Ibre vê mais ‘surpresas positivas’, mas mantém PIB abaixo de 5%

Incerteza sobre covid e retomada desigual justificam cautela

Por Arícia Martins — De São Paulo

22/06/2021 05h01 · Atualizado há 43 minutos

Crescimento maior, mas ainda heterogêneo

Projeções do FGV Ibre para o desempenho do PIB - Em %



Fonte e elaboração: FGV Ibre. *Comparação com ajuste sazonal

Novas surpresas positivas com o desempenho da atividade no início do segundo trimestre sinalizam crescimento econômico maior no ano, avalia o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), **mas abaixo de 5%**. Para o instituto, a dinâmica desigual da recuperação e a maior incerteza sobre a evolução da pandemia justificam uma visão mais cautelosa, num momento em que muitas casas passam a prever alta de mais de 5% para o **PIB em 2021**.

Na edição de junho do Boletim Macro, antecipada ao **Valor**, a equipe de conjuntura do FGV Ibre elevou a estimativa para a expansão da economia no ano, de 4,2% a 4,8%. Segundo Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada da entidade, e Silvia Matos, coordenadora técnica do boletim, a atividade tem se mostrado mais resiliente do que o previsto, e os principais índices de mobilidade já retornaram ao nível pré-pandemia.

“Porém, no curto prazo, o cenário é ainda muito desafiador, não apenas com relação ao controle da pandemia, mas também às dificuldades com relação à oferta de energia, com impactos inflacionários severos”, afirmam Castelar e Silvia na abertura do documento.

André Braz, especialista em inflação do FGV Ibre, passou a trabalhar com alta de 6,4% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021, mais de um ponto percentual acima do teto da meta para o ano, de 5,25%. Na seção sobre inflação do boletim, Braz aponta que a pressão nos preços ao produtor sustenta repasses cada vez maiores ao consumidor, enquanto a falta de chuvas é um novo desafio. “A crise hídrica, que afeta com maior destaque o custo da geração de energia, também poderá impactar o setor agropecuário, trazendo nova onda de aumentos de alimentos básicos”, alerta o economista.

A crise energética é um risco adicional para o crescimento, afirmam Silvia e as economistas Marina Garrido e Mayara Santiago na seção de atividade econômica. O principal foco de cautela no cenário, contudo, ainda vem da pandemia, a despeito da melhora na projeção para o desempenho do PIB. Caso haja nova intensificação nos números de casos e mortes, haveria necessidade de mais medidas restritivas à circulação, dizem as pesquisadoras.

“Mesmo sem piora na evolução da pandemia, a dificuldade em superá-la atrasa a normalização do setor de serviços e do emprego”, observam as economistas, para quem o PIB vai crescer 0,1% no segundo trimestre em relação aos primeiros três meses do ano, feito o ajuste sazonal. Na mesma comparação, o PIB dos serviços, segmento mais afetado pelo surto de covid-19, deve avançar 0,9%, estimam elas.

“Mas esse é um crescimento pequeno diante de todas as perdas”, avalia Silvia. Ela destaca que, em abril, os serviços prestados às famílias, que têm peso relevante no PIB, ainda estavam operando 40% abaixo do patamar pré-pandêmico, de fevereiro de 2020. Para Silvia, Marina e Mayara, como uma parcela maior da população estará vacinada somente em meados do segundo semestre, é possível que novas restrições à mobilidade sejam necessárias ainda neste trimestre e no próximo.

A fraqueza maior dos serviços se reflete negativamente no mercado de trabalho. Na seção dedicada a este tema do boletim, o pesquisador Daniel Duque estima que a taxa de desemprego deve ficar praticamente estável entre março e abril, ao recuar de 14,7% para 14,6%. “O número de ocupações continua subindo lentamente,

enquanto a taxa de participação se mantém estável, o que tem ajudado a evitar alta maior da taxa de desemprego”, aponta Duque.

Com a fatia de desempregados na força de trabalho ainda elevada e a renda corroída pela inflação mais alta, a confiança de consumidores se recupera em velocidade mais lenta do que a de empresários. Enquanto o Índice de Confiança Empresarial (ICE) - que agrega os resultados da indústria, da construção, dos serviços e do comércio - atingiu 102,3 pontos na prévia de junho, valor mais alto desde igual mês de 2013, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) ainda está abaixo do nível pré-pandemia, ao se situar em 82,1 pontos.

“Os números das sondagens dão sinais favoráveis para a continuidade da retomada da atividade. Mas também chamam atenção para a qualidade dessa recuperação e para as marcas que ela pode deixar na economia brasileira”, afirmam os pesquisadores Aloisio Campelo, Rodolpho Tobler e Viviane Seda na seção sobre expectativas de empresários e consumidores.

“Temos notícias boas no front da atividade, mas com notícias de que teremos mais inflação e com os juros subindo mais cedo”, resume Silvia. Diante do aumento das pressões inflacionárias, o FGV Ibre passou a estimar que a Selic será elevada a 6,5% até o fim deste ano, chegando a 7,5% no começo do ano que vem.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vagas abertas para Graduação EAD

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

O preferido dos homens de bom gosto com um preço nunca visto

TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Economize! Transforme qualquer mangueira em lavadora de pressão

Minério em alta dobra arrecadação de royalties

Arrecadação de CFEM chega a R\$ 3,58 bilhões de janeiro a maio deste ano

Por Ana Paula Machado — De São Paulo

22/06/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O bom momento do minério de ferro no mercado mundial fez com que o Brasil aumentasse a arrecadação dos royalties da mineração. De janeiro a maio, o repasse da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) foi de R\$ 3,58 bilhões, valor mais que o dobro do apurado no mesmo período de 2020, quando foram arrecadados R\$ 1,7 bilhão.

Os dados foram compilados pela Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) a partir de informações da Agência Nacional de Mineração (ANM).

A expectativa, de acordo com o consultor de Relações Institucionais e Econômicas da AMIG, Waldir Salvador, é de que a arrecadação da CFEM alcance R\$ 8 bilhões neste ano, valor 30% maior que o apurado em 2020.

“As razões para essa alta na arrecadação da CFEM são a valorização cambial e a assustadora alta nos preços do minério de ferro, que chegou a bater US\$ 230 a tonelada”, disse Salvador.

Segundo o executivo, no entanto, a expectativa do mercado e das mineradoras é de que os preços da principal matéria prima do aço deverão se ajustar no próximo semestre e fechar o ano entre R\$ 150 e R\$ 180 a tonelada.

“Ninguém imagina que a CFEM seja menor que R\$ 8 bilhões neste ano. Ninguém aposta em uma queda brusca no preço de minério de ferro no segundo semestre”, disse o executivo. Salvador ressaltou que, na segunda metade do ano, Minas Gerais deverá aumentar a sua produção. Isso ocorre porque fora do período das chuvas a extração de minério de ferro retoma os níveis normais, segundo ele. “A produção mineral está nos patamares estimados pelas empresas, não tivemos alta fora do comum nesses meses. Agora, com a volta do minério de Minas Gerais, esse volume deve se ajustar para cima no resto do ano.”

Segundo dados da AMIG, o maior estado arrecadador de CFEM nos primeiros cinco meses foi o Pará, que chegou a R\$ 1,74 bilhão do total. Somente em maio, os

royalties na mineração somaram R\$ 400,83 milhões, alta de 173,85% no comparativo com o mesmo mês de 2020. O segundo estado mais arrecadador segue sendo Minas Gerais, que obteve R\$ 1,49 bilhão de janeiro a maio. No mês passado, a CFEM gerada foi de R\$ 269,77 milhões, de acordo com os da AMIG.

Segundo o consultor de Relações Institucionais e Econômicas da AMIG, enquanto Pará e Minas Gerais, líderes absolutos em arrecadação de CFEM, se destacam pela exploração e exportação do minério de ferro, a Bahia vem ganhando espaço com a valorização do cobre e ouro no período. “A arrecadação de royalties da mineração no Estado teve aumento de 75% de janeiro a abril de 2021 na comparação com o mesmo período do ano passado, chegando a R\$ 43,45 milhões. Em maio, também percebemos aumento na CFEM”, disse o executivo.

Salvador afirmou, ainda, que a Bahia tem atraído investimentos da indústria extrativa nos últimos anos, o que resulta em maior produção mineral. “Em meio à crise sanitária da pandemia, em que vários municípios enfrentam redução das receitas, os territórios com mineração respiram mais aliviados por causa da arrecadação de CFEM”, ressaltou.

“Vale destacar que as commodities minerais são recursos finitos. Por isso, é importante que os gestores municipais apliquem os recursos provenientes dos royalties em diversificação econômica para que, em médio e longo prazos, as cidades não dependam única e exclusivamente da mineração.”

[Ver comentários](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vagas abertas para Graduação EAD

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Isto é chave para a diminuição da próstata, use isso todos os dias.

P+ACTIVE